



## LÍBANO

**Imperialismo e sionismo não passaram as portas de Beirute ocidental! Os combatentes da OLP escreveram uma gloriosa página da história da luta dos povos pela independência e pela liberdade**

Pág. 8



Yasser Arafat, Presidente da Organização de Libertação da Palestina

## OS FACTOS O RELATÓRIO O MINISTRO

O ministro "AD" das polícias continua a esconder o relatório sobre os crimes do 1.º de Maio no Porto. Entretanto tira "conclusões" que são o retrato de uma política fascizante que merece o protesto das forças democráticas e das organizações de trabalhadores

Pág. 3

Suplemento /



**Madeira:**  
o PCP apresenta projectos-lei  
o PPD recusa



Pág. 7

## A "AD" DESTRÓI OS TRABALHADORES DEFENDEM

Em todos os sectores da vida económica nacional o Governo Balsemão/Freitas intensifica a ofensiva de destruição: transportes marítimos, comunicação social, banca. Os trabalhadores prosseguem a luta na conquista de melhores condições de vida e trabalho e na defesa dos seus direitos e dos interesses do povo e do País

Pág. 6

## SEMANA

18

Quarta-feira

A CGTP-IN em carta enviada ao primeiro-ministro Balsemão exige a divulgação das conclusões do relatório aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. ■ Uma delegação dos trabalhadores do Hotel Baía é finalmente recebida pelo secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho. ■ Segundo informa o Governo Regional da Madeira mais de 800 quilos de uvas importadas do Continente são queimadas. A decisão foi tomada nos termos do decreto que visa proteger a Madeira de pragas e doenças proibindo a importação de uvas, cerejas e batatas do Continente. ■ O Presidente da República recebe representantes da Organização Internacional dos Jornalistas e da Federação Internacional dos Jornalistas que se encontram em Portugal para analisar a situação da Anop. ■ Morre, com 82 anos o pintor Carlos Botelho, que fez de Lisboa o tema central da sua obra. ■ Dirigentes das três principais comunidades muçulmanas do Líbano manifestam-se contra a eleição presidencial imposta e para a qual o único candidato é o chefe das milícias fascistas. ■ Uma revista da RFA revela que o exército dos EUA possui armas químicas naquele país suficientes para exterminar toda a vida na Europa. ■ Nas Seychelles é dominado o motim que tentou derrubar o presidente Franco-Albert René.

19

Quinta-feira



A segunda mulher no espaço

O director do semanário "Expresso" confirma a "o diário" que todos os documentos e fotografias utilizadas na segunda reportagem daquele jornal sobre a conspiração contra Angola, anteriormente denunciada, tinham desaparecido da tipografia. ■ Por seu turno, "o diário" revela que o membro do Governo português que conhecia o desenvolvimento daquela conspiração era o titular da pasta do Ministério da Administração Interna, Ângelo Correia. ■ É tomada pública a decisão do Presidente da República de aplicar o veto à Lei Eleitoral das Autarquias Políticas. ■ O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, afirma numa entrevista que quem está a ganhar com a "AD" é o CDS. ■ Carlos Carvalho, do Secretariado Nacional da CGTP-IN declara que o Governo se prepara para elaborar um novo pacote de legislação laboral. ■ O Conselho de Ministros aprova o projecto de decreto-lei que determina a extinção da Anop. ■ Prossegue o seu programa espacial, a União Soviética coloca a segunda mulher no espaço, a cosmonauta Svetlana Savitskaia. ■ A OUA responsabiliza o regime racista sul-africano pelo atentado que vitimou a dirigente do ANC, Ruth First. Segundo parece a encomenda-bomba teria sido enviada através da embaixada norte-americana no Maputo.

20

Sexta-feira

A Companhia Nacional de Navegação vende os dois únicos navios frigoríficos da frota portuguesa a uma empresa alemã para de seguida os alugar. ■ A CNA exige que a Junta Nacional dos Vinhos passe das promessas aos actos intervindo no mercado daquele produto e escoe a produção do ano anterior. ■ Os trabalhadores da Anop apelam ao Presidente da República para que não promulgue o decreto de extinção daquela empresa pública. ■ A República Popular de Angola decide substituir o seu embaixador em Lisboa, Adriano Sebastião, por Fernando Van-Duren. ■ O Ministério da Administração Interna em vez de divulgar o relatório sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto divulga uma nota oficiosa interpretativa daquele relatório. ■ Em Angola regista-se uma remodelação de comissariados provinciais. ■ Em Santiago do Chile a Polícia prende mais de uma centena de manifestantes que protestavam contra o regime fascista de Pinochet.

21

Sábado

A União dos Sindicatos do Porto classifica a nota do Ministério da Administração Interna sobre os acontecimentos do 1.º de Maio naquela cidade como "uma tentativa de embuste da opinião pública". ■ Um dirigente do PPM, Reis Torgal, e membro do Conselho de Informação para a Anop manifesta-se contrário à extinção daquela agência noticiosa. ■ Reunidos, trabalhadores do Hotel Baía decidem não ratificar o projecto de acordo enquanto não houver garantias de saída dos "gorilas" daquela unidade hoteleira. ■ Começam a sair de Beirute os primeiros soldados palestinos. Uma enorme multidão saudou-os à partida, gritando: "Nunca nos renderemos!" ■ A nave espacial soviética "Soyuz T-7" que inclui na sua tripulação a segunda mulher no espaço faz a acopagem à nave orbital "Salyut-7".

22

Domingo



A culpa é do PCP

O general Ramalho Eanes inaugura em Fermentelos, Aveiro, um monumento ao emigrante. Na ocasião, o secretário de Estado da Emigração, José Vitorino, profere uma caterva de calúnias contra PCP, acusando este partido de convidar os emigrantes portugueses a não enviarem remessas para Portugal. ■ Habitantes de 57 localidades das províncias espanholas de Cáceres e Badajoz manifestam-se contra a central nuclear de Almaraz. ■ O primeiro-ministro do Zimbabwe, Robert Mugabe, acusa a África do Sul de preparar uma invasão do seu país. Na altura são apresentados aos jornalistas os cadáveres de três soldados sul-africanos mortos e que se tinham infiltrado para praticar acções de sabotagem. ■ Continua a partida dos soldados da Organização de Libertação da Palestina. ■ Em Viena, a conferência do espaço da ONU apela para que se evite o alargamento ao espaço da corrida aos armamentos. ■ No Quênia é dissolvida a Força Aérea.

23

Segunda-feira



General Gallieri

A União dos Sindicatos do Porto exige a demissão de Ângelo Correia ao mesmo tempo que exige a divulgação na íntegra do relatório sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. ■ Segundo a Anop apurou as prisões do Porto estão repletas apesar da recente amnistia que a visita do Papa originou. ■ Trabalhadores da Anop desmentem dados fornecidos pelo Governo relativamente aos vencimentos auferidos pelos jornalistas. ■ Morre o realizador Artur Duarte, autor de muitos filmes entre os quais "O Costa do Castelo" e "O Leão da Estrela". ■ O secretário-geral do PSD, António Capucho, revela que nem em todos os concelhos estão arrumadas as questões relativamente às listas AD para as eleições autárquicas. ■ No Maputo, reúnem-se os presidentes Samora Machel, José Eduardo dos Santos para debaterem a situação na África Austral e a escalada militar do regime racista da África do Sul. ■ No Líbano e graças à presença militar das tropas sionistas é imposto um novo presidente, Beshir Gemayel, chefe militar das milícias fascistas. ■ No Peru, mais de 200 guerrilheiros têm recontros com as forças governamentais. ■ A Colômbia propõe a reestruturação da Organização dos Estados Americanos (OEA) sem a participação dos Estados Unidos. ■ O general Gallieri, afastado da Presidência da Argentina depois da guerra das Malvinas, teria ameaçado fazer "revelações". ■ O governo polaco protestou formalmente junto de quatro países ocidentais contra a ingerência dos assuntos internos no país através de emissões radiofónicas.

24

Terça-feira

A CGTP-IN convoca um plenário nacional de sindicatos para o próximo dia 17 de Setembro para análise dos problemas que se colocam aos trabalhadores portugueses. ■ A população de Cascais continua a apoiar a luta dos trabalhadores do Hotel Baía, contribuindo com géneros para os trabalhadores ilegalmente afastados. ■ O Conselho da Revolução não aceitou o pedido de demissão do conselheiro Sousa e Castro das funções de superintendente da Comissão de Extinção da Pide e Legião Portuguesa. ■ O projecto de decreto-lei de extinção da Anop, a ser promulgado, aponta o encerramento daquela agência até ao fim do mês de Outubro. ■ Em Moçambique tropas governamentais destroçam um grupo de marginais do chamado "Movimento Nacional de Resistência". São mortos 15 bandoleiros. ■ A Internacional Socialista recusa qualquer tipo de ajuda a Eden Pastora. ■ No Líbano, enquanto prossegue o embargo dos militares palestinos, as forças sionistas preparam ataques às forças sírias estacionadas na zona norte.

## Editorial

## OS FACTOS, O RELATÓRIO E O MINISTRO

Os srs. Ângelo Correia e José Vitorino têm entre si em comum pelo menos três coisas: são ambos membros do Governo «AD» que continua no Poder, despertam no Povo português um sentimento duplo de gargalhada e repugnância e estiveram recentemente em foco nas páginas dos jornais.

As situações que deram esta recente notoriedade aos dois membros do Governo têm dimensões diversas e gravidades diferentes. Têm contudo uma quarta coisa em comum, que vem a ser a de constituírem mais alguns esclarecedores retratos para o volumoso e insuportável álbum da direita portuguesa.

Do sr. José Vitorino não se poderia esperar mais do que um acervo de tolices. A limitar-se a ser outro na decorréncia das vacuidades que o sr. secretário de Estado tem dispendiosamente proferido pelo mundo fora — não viria mais mal a Portugal além dos que já se padecem com a continuação desta desgobernização.

Mas, em Fermentelos, o sr. Vitorino passou da tolice ao abuso, e do abuso à calúnia.

O primeiro aspecto a apontar (como aliás já o fez o PCP através da nota que publicamos noutro local desta edição) é a completa incapacidade que, coerentemente com a sua posição de governante «AD», o sr. Vitorino tem de descortinar os limites entre as funções partidárias e o respeito que deve ao Estado, de que faz parte o órgão de soberania onde se alcançador, e aos portugueses aos quais esse Estado pertence.

Que o sr. Vitorino disserte vacuidades, invente baboseiras e mesmo conte umas mentirozas em comícios ou cenáculos do seu partido é um problema que dirá essencialmente respeito a ele, aos seus correligionários e a quem se disponha a estar presente para o escutar. Mas é de linear transparência que um acto oficial não é um comício partidário: nem o sr. Vitorino nem nenhum outro governante tem, em democracia, o direito de o usar para não só fazer a propaganda da sua agremiação, como, ainda por cima, insultar e caluniar forças democráticas.

Poder-se-ia dizer que esta incapacidade de distinguir os limites e a dignidade da governação seria uma natural decorréncia da pobreza do personagem: longe disso. Estamos perante uma reveladora concepção reaccionária, antidemocrática e fascizante comum a toda a direita e que a leva a encarar o Estado e o poder da forma que o nosso povo tão chãmente define: não governam — governam-se. O poder apenas significa a possibilidade de impor ao povo, a todo o povo, o que se quer, se deseja, se ambiciona. Nem que seja um acervo de tolices.

Mas, para além disso, o sr. Vitorino inventou, mentiu e caluniou. Forças democráticas, naturalmente. E isto para tentar vender uma explicação para um problema de que só ele e seus comparsas são responsáveis: é que ninguém confia no Governo «AD» — nem os portugueses que vivem em Portugal, nem os que labutam na emigração. E, uma vez mais, o sr. Vitorino surge como ajustado político reaccionário ao tentar, pela mentira se necessário, assacar às forças democráticas em geral e ao PCP em particular os males que a acção do Governo de que faz parte impõe ao País.

Dir-se-á que a receita é velha e gasta. O que é uma das excelentes razões por que o Povo português claramente afirma que não quer, definitivamente, este relictuário e seus autores: já o conhece e bem caro custou.

O caso do sr. Ângelo Correia é, como se disse, de diferente dimensão. Não tanto pela figura, mas pelo facto de estar ele instalado no Ministério da Administração Interna e de os factos agora em causa se reportarem a uma brutal provocação da «AD» contra o movimento operário e popular que custou duas vidas.

A nota do MAI com a qual se pretendeu dar como encerrado o esclarecimento público das conclusões do inquérito promovido aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto começa por apresentar um aspecto formal que, irrelevante embora dada a gravidade do assunto, merece ser referido.

O sr. Ângelo Correia expende um documento oficial e destinado ao público com o discurso na primeira pessoa («não deixo de cumprir aquilo a que me comprometo...») e uma terceira pessoa majestática («o ministro da Administração Interna manifesta a sua total confiança nas forças de segurança do País», etc.). Pensava-se talvez que estes dislates eramapanágio do eng. Abecasis, mas afinal parece tratar-se de um estilo a fazer carreira. E que, naturalmente, conflui com a já citada incapacidade de discernir os limites do exercício de uma função pública.

Bem mais grave porém é o próprio critério de tentar encerrar uma questão da gravidade dos assassinatos do Porto e do apuramento das responsabilidades numa nota oficiosa. Neste caso, o Governo «AD» não conseguiu pôr em prática o habitual estratégia de deixar os inquéritos succumbirem nos trâmites das averiguações ou no bolor das gavetas: mas pretende sepultá-lo face ao público nos parágrafos da redacção do sr. Ângelo Correia.

A negável verdade é que a exigência nacional deste inquérito se destinava a apurar no concreto as responsabilidades dos intervenientes nas horas sangrentas decorridas em Maio no Porto — o governador civil, a Polícia de Intervenção, o ministro da Administração Interna, o Governo «AD». É um escândalo que os acusados, designadamente o sr. Ângelo Correia e o Governo, manipulem um inquérito de que são o principal objecto para alijarem responsabilidades, julgarem e proclamarem quem foram os responsáveis.

Muito está claro desde a primeira hora pela força dos factos. A decisão ilegal e provocatória do governador civil. A intimidação. A provocação da UGT. O envio da Polícia de Intervenção. Os baleamentos terroristas na noite sangrenta. Os assassinatos. Não é o MAI que tem de tirar conclusões — mas sim o Povo português. Mas já que se promoveu um inquérito o povo exige ser dele informado, e não das conclusões tiradas por um dos principais responsáveis.

O sr. Ângelo Correia, que é réu na causa e não juiz, pretende calar e ocultar o que pode: se não pode mais é porque o não deixam. E pretende ocultar porque sabe ser culpado.

E para além disto, das duas uma: ou mente o relatório, ou mente a nota oficiosa.

Onde é que está o facto essencial de que a USP-CGTP-IN apresentara o requerimento legal para realizar o 1.º de Maio de 1982 no local onde sempre o realizara com praticamente um ano de antecedência e de acordo com a legislação vigente? Onde é que está a inegável constatação de que o despacho posterior do governador civil do Porto, pretendendo sortelos que favorecessem a UGT, enferma do vício essencial de procurar efeitos retroactivos, por um lado, e de muito mais essencial de pretender limitar o constitucional e legal direito de manifestação?

E admita-se que apenas competiria aos magistrados que elaboraram o relatório constatar os factos e juridicamente os analisar (fizeram-no? Não o fizeram? O MAI esconde...). À partida, a questão é que, se juridicamente o governador civil do Porto atropelou a Constituição e a lei, politicamente actuou de acordo com a política fascizante da «AD» atropelando a Constituição e a lei para limitar um direito democrático, para agredir o movimento operário e o movimento sindical, para, recorrendo ao Estado, favorecer o divisionismo e a reacção.

O facto de o sr. Ângelo Correia e a «AD» ocultarem tal facto nada tem de estranho: corresponde com toda a clareza às palavras e aos actos de um Governo e de uma direita que declara e pratica que está no Poder para destruir a ordem democrática, a Constituição e as leis que não servem aos seus objectivos de fazer um Portugal bem oposto ao de Abril que o povo construiu.

E finalmente, a repressão. A violência, o cassetete, os cães, os espancamentos, os tiros de pistola, as rajadas de metralhadora. E os mortos, e os feridos. Tal como noutras cansadas lengalengas, o sr. Ângelo Correia vem dizer que, segundo o inquérito que só a «AD» leu, tudo correu bem — só houve um ou dois agentes que, enfim, excederam os regulamentos — e mataram.

Quanto aos regulamentos, a nota contém um parágrafo revoltante: «logo a seguir aos acontecimentos do 1.º de Maio determinei à PSP uma revisão de métodos e procedimentos em alguns domínios que sendo adoptados garantem os direitos dos cidadãos com um grau de menor vulnerabilidade da instituição e de elementos seus!»

Mas será possível o descaramento fascista de, face a dois corpos varados por balas, vir falar na vulnerabilidade — de quem dispara?

O sr. Ângelo Correia e a «AD» de que é ministro multiplicam-se também nesta nota em características gentilezas face às forças militarizadas. É igualmente prática velha da direita essa de querer fazer de cada agente de autoridade um agente da sua política, o de pagar em boas palavras aquilo que impõe de maus actos.

Não foram os agentes do Corpo de Intervenção da PSP ou da PSP do Porto que decidiram ir à Praça da Liberdade espancar trabalhadores como fazem os bandos de gorilas a que mais rapidamente a direita recorre quando o não pode fazer de outra forma. Ninguém contesta, como afirma esta nota oficiosa, que «cabe às forças de segurança um decisivo papel na defesa da legalidade democrática».

A questão é saber se se compadecem com a liberdade democrática a preparação, os regulamentos, a instrução, a informação e os comandos que se dão às forças de segurança. E o 1.º de Maio do Porto indica que não.

A questão é que, com toda a clareza, no 1.º de Maio no Porto não foram as forças de segurança que defenderam a legalidade democrática: foram sim os trabalhadores, foram sim as forças democráticas, foi sim o movimento operário.

E porque assim foi, o 1.º de Maio comemorou-se no Porto, na Praça do Porto, com os trabalhadores, com os seus sindicatos, com a sua CGTP/Intersindical Nacional.

E porque assim foi, a responsabilidade cabe a quem para tanto prepara as forças de segurança e quem assim ordena as forças de segurança.

E porque assim foi, as forças democráticas tomam as palavras do sr. Ângelo Correia para dizerem que «manifestam a sua total confiança» para a defesa da democracia na classe operária, nos trabalhadores, no Povo português.

E pode tolerar-se este Governo de gente que não sabe onde acaba a sua mediocridade e os seus interesses e começa um Estado e um país?

E pode aceitar-se um Governo que mente, que esconde, que vigariza? Um Governo que, se mente, se esconde, se vigariza, apenas espera poder impor o silêncio que a tanto o não obriga?

E pode aceitar-se um Governo que usa o Estado para poder não cumprir as leis, para as destruir, para impor o arbítrio e a ilegalidade?

Pode aceitar-se um Governo e uma política contra os trabalhadores, contra quem faz Portugal e quem faz a democracia, contra a democracia e contra Portugal?

Pode aceitar-se um Governo que necessita e anseia pela pistola e o cassetete, que engana e corrompe a quem os entrega, os usa sem princípios e sem escrúpulos?

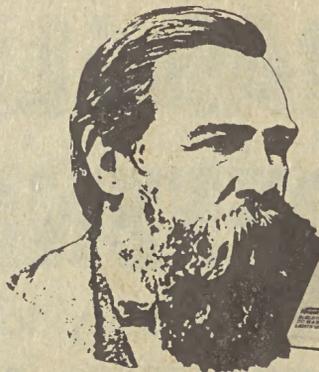
Não se pode. E é porque se não pode, é porque não há no Portugal democrático de Abril lugar para este Governo «AD» que, também por estas linhas de discurso e de nota oficiosa, se impõe demitir o Governo, dissolver a Assembleia da República, nomear um governo de gestão e convocar novas eleições.

E urgentemente.

COLEÇÃO BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

# Revolução e contra-revolução na Alemanha

Friedrich Engels



edições Avante!

O Militante



à venda

UMA GRANDE INICIATIVA DAS

edições Avante!

# Curso de Economia Política

G. KOZLOV

Elementos Fundamentais do Comunismo Científico



Depois do grande êxito do 1.º volume

Neste 2.º volume analisa-se o processo da reprodução alargada socialista e as leis económicas objectivas que presidem ao desenvolvimento do sistema mundial do Socialismo.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 768345  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa Tel. 76974/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrinha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarvoa de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A - 1000 Lisboa, Tel. 776396/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Julho: 50 620

PCP

# O povo conhece os factos e a verdade: o MAI mente acerca do 1.º de Maio no Porto

Fica agora mais claro para toda a gente por que motivo a "AD" recusou no parlamento abrir um inquérito sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. Para quem ainda tivesse dúvidas, aí está a recusa de Ângelo Correia em divulgar o inquérito que ele próprio "abriu". Apesar de ser sua a iniciativa, o ministro das polícias tem receio de mostrar os resultados. Certamente que alguns pormenores são reveladores da verdade dos factos. E os factos, como todos sabem, são aqueles que, aliás, a maioria da imprensa trouxe a lume logo no 1.º de Maio: as forças policiais abriram fogo indiscriminadamente sobre homens, mulheres e crianças, mataram e feriram manifestantes e simples transeuntes, dois jovens foram assassinados e centenas de trabalhadores e populares foram alvo de disparos e espancamentos. A nota divulgada pelo MAI insiste — como insistia já antes da realização do inquérito, como já insistia mesmo antes do 1.º de Maio — em desviar a atenção, procurando caluniar o movimento sindical unitário e atribuir-lhe responsabilidades com a finalidade de vir a poder furtar-se — ele, MAI — às responsabilidades que partilha com o Governo Civil do Porto e com a UGT. Recordemos que no princípio de Abril deste ano a imprensa noticiava que, nos termos da lei, a União dos Sindicatos do Porto informara em 4 de Maio de 1981 o Governo Civil que, como sempre, a Festa dos Trabalhadores se ia realizar, no 1.º de Maio de 1982 no local histórico que os trabalhadores portugueses tinham escolhido havia muito — Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade seriam, legalmente, o cenário das festividades. Nessa altura — 4 de Maio de 1981 — o governador civil do Porto não levantou dificuldades à utilização do espaço. Tinha, como a lei determina, 24 horas para fazê-lo. Foi quase um ano depois, e após a divulgação do programa das festividades pela USP e pela CGTP/Intersindical Nacional, que a UGT apareceu, ilegalmente, a anunciar nos jornais do Porto, com publicidade paga, os mesmos locais para as suas comemorações divisionistas. Desde logo os sindicatos alertaram que as eventuais consequências dessa atitude seriam da inteira responsabilidade do Governo Civil e dos dirigentes da UGT que desesperadamente

tentavam impedir a grandiosa jornada de unidade que o 1.º de Maio tradicionalmente é. Sem ceder à intimidação, a USP e a CGTP reafirmaram a intenção de manter as comemorações para os dias e locais já decididos. Por seu lado, o Comité Local do Porto do PCP denunciava "a grave provocação montada pela UGT contra os trabalhadores e o povo do Porto, com a cumplicidade do governador civil em torno das comemorações do 1.º de Maio. A participação massiva de todos os trabalhadores nas comemorações do 1.º de Maio — afirmavam os comunistas portugueses — promovidas pelo movimento sindical unitário na baixa do Porto será a resposta adequada a tal provocação".

## A confissão da ilegalidade

Poucos dias antes dos acontecimentos, dirigentes da USP, em conferência de imprensa que realizaram no seguimento de um plenário em que participaram 700 representantes dos trabalhadores do distrito — dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores — sublinharam a ilegalidade da decisão do governador civil do Porto que visava impedir os primeiros interessados em comemorar o 1.º de Maio de o fazer nos locais para tal previamente indicados. E os dirigentes da USP revelaram a manobra do governador "AD" que chegou a tentar realizar um sorteio entre o movimento sindical unitário e os divisionistas da UGT para "decidir" uma questão que a lei já decidira um ano antes. Tentativa falhada, pois os representantes legítimos dos trabalhadores não aceitaram a mascarada. Assim, o Governador Civil tomou a decisão ilegal de "entregar" a Praça General Humberto Delgado, a Avenida dos Aliados e a Praça da Liberdade à UGT. A provocação estava montada. Toda ela fora arquitetada para desmobilizar uma grande jornada de luta cuja palavra de ordem principal era a exigência de demissão do Governo "AD". Toda ela fora baseada na crença que as decisões arbitrárias do mandatário do Governo do distrito do Porto poderiam fazer ceder os trabalhadores que tinham a lei a seu lado. Falhada a tentativa, seguiu-se a operação desesperada que conduziu aos sangrentos acontecimentos da noite de 30 de Abril para 1 de Maio. A falta de argumentos legais, o Governo mandou avançar as armas. De tal modo era ilegal a decisão do

governador civil do Porto, que a USP anunciava, dias antes, que movera procedimento criminal contra aquela entidade pela violação da lei e dos direitos fundamentais dos trabalhadores "ao tentar impedir que os trabalhadores e o seu movimento sindical possam comemorar no maior recinto da cidade" o seu dia de festa.

## A tentativa de embuste

"Tentativa de embuste da opinião pública", é como a USP classifica, em comunicado recentemente distribuído à imprensa, a nota oficiosa do MAI sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. Trata-se, diz o documento da USP/CGTP-IN, de "uma manobra do principal responsável político pelos crimes cometidos, para se furtar (a si e a outros) da posição de réu e se eximir da exigência popular da sua demissão e severo castigo". O comunicado da USP "renova a sua exigência de que o inquérito realizado seja imediatamente tornado público e que a ele possam ter acesso na íntegra os jornalistas, os advogados das vítimas da selvática acção policial, o movimento sindical e todos os interessados, de modo a que a opinião pública possa conhecê-lo e ajuzar das respectivas conclusões", e acusa o ministro Ângelo Correia de, na nota oficiosa, "misturar factos conhecidos com mentiras, interpretações falsas, teses suas já conhecidas, sobretudo, com a tentativa de ocultar as responsabilidades pelo essencial dos acontecimentos". Não obstante, o documento dos sindicatos do Porto afirma poder-se concluir da nota divulgada que: "a) A acção das forças policiais foi ilegal, ilegítima e brutal, sem qualquer justificação "defensiva". Os trabalhadores e os civis não utilizaram armas de fogo ou quaisquer outros instrumentos "terroristas". Foram as forças policiais e só as forças policiais que criminosamente abriram fogo e mataram. O próprio MAI se vê obrigado a reconhecer que o inquérito conclui que os 2 jovens assassinados e as centenas de trabalhadores e populares alvos de selváticas disparos e espancamentos (muitos deles atingidos a milhares de metros do local onde a Polícia "justifica" a sua presença) foram vítimas da acção da Polícia, que esta utilizou indevidamente armas de fogo e que há actos policiais passíveis de

processo criminal. b) Em nenhum momento se deram confrontos entre trabalhadores. Os confrontos havidos resultaram apenas da actuação selvática das forças policiais contra trabalhadores que comemoravam, legal e legitimamente, o 1.º de Maio, empunhando naturalmente bandeiras. c) A vinda para o Porto das unidades da Polícia de Intervenção só se justifica pelo plano premeditado de actuar pela violência e pelo terror contra a população e os trabalhadores do Porto. É expressamente reconhecido que a Polícia de Intervenção actuou sob plano e comando próprio, a partir das 21 horas (conclusão 57). É implicitamente reconhecido que é dessa acção que se gera a violência e o terror quando a nota afirma que "dessa acção (do Corpo de Intervenção) e dos confrontos havidos resultaram diversos feridos, alguns com gravidade... e há a lamentar 2 mortos".

d) O Ministro da Administração Interna vê-se forçado a reconhecer que tem mentido e distorcido os factos, embora procure desculpá-los afirmando expressamente que "houve intervenções (suas) discordantes do relatório agora explicitado...". Considerando que estas conclusões constituem "gravíssimas acusações das quais não poderão deixar de ser retiradas as consequências políticas, criminais e disciplinares em relação aos principais responsáveis pelos acontecimentos", o documento da USP nomeia-os: "O Sr. Ângelo Correia, governador civil, que desempenhou um papel central na premeditação, montagem e direcção da provocação fascista de 30 de Abril, em estreita ligação com a UGT e o sr. Torres Couto; "Os comandos policiais envolvidos; "Os autores materiais dos crimes cometidos." Finalmente a USP/CGTP-IN, a par da exigência da imediata divulgação pública e integral do inquérito aos acontecimentos, declara que os trabalhadores e o povo do Porto e os seus sindicatos não pouparão esforços na luta pelo castigo dos responsáveis e pela imediata demissão e responsabilização de Ângelo Correia e do governador Civil do Porto.



## Nota da DORP do PCP

A Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português divulgou recentemente um comunicado sobre as interpretações facciosas que o ministro Ângelo Correia fez publicamente acerca das conclusões do Inquérito que o MAI continua a esconder do povo. Publicamos na íntegra o teor do comunicado da DORP: A noite de 30 de Abril de 1982 no Porto, foi uma noite sangrenta, de repressão, de violência. Dois trabalhadores morreram, muitas dezenas foram feridos. O inquérito sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto continua escondido do povo. O ministro da Administração Interna do Governo "AD", divulga sínteses e interpretações onde procura ilibar os principais responsáveis, interpretações facciosas no sentido de enganar a opinião pública e de furtar os principais responsáveis pelos acontecimentos (o sr. Ângelo Correia, o governador Civil, os Comandos Policiais, os autores materiais dos crimes) às suas responsabilidades políticas e criminais. Como se diz numa recente nota da SIP do PCP: "O Governo "AD" não é uma entidade isenta ou neutra em relação aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. Bem pelo contrário, carrega sobre os ombros enormes responsabilidades políticas por aqueles sangrentos acontecimentos. Por isso o país dispensa perfeitamente as capciosas antecipações, comentários e interpretações que o Governo "AD" já está a fazer e pretende continuar a fazer de um relatório cujo conteúdo integral continua a ocultar, exactamente para ter tempo para afinar uma nova operação de mistificação e mentira". Mas os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto não cairão no esquecimento. Ninguém esquecerá que Pedro Vieira e Mário Emilio foram assassinados, ninguém esquecerá os espancamentos selváticos, as perseguições, os feridos, o terror da violência que

se viveu naquela noite. Não cairá no esquecimento que os acontecimentos do 1.º de Maio foram fruto de uma grave e premeditada provocação da "AD" e dos seus lacaios da UGT. Como se diz numa detalhada análise dos acontecimentos feita pela USP num documento tornado público em finais de Junho está clara: 1. A responsabilidade do governador Civil do Porto que, através de um conjunto de posições e despachos prepotentes e ilegais, procurou montar as condições "legais" para a monstruosa acção da polícia. 2. A acção da UGT, designadamente de Torres Couto, envolvidos até aos ossos na criação de "pretexto", para as posições do governador Civil e para a acção da polícia. 3. A responsabilidade do ministro da Administração Interna, de quem dependem o governador Civil, a PSP e a Polícia de Intervenção, sancionando (ou estimulando) a acção do governador Civil, da UGT, da PSP e da Polícia de Intervenção. 4. A responsabilidade do Governo "AD" presidido por Pinto Balsemão, que sancionou antes e deu cobertura posterior àquelas acções. Continua vivo na memória das pessoas o processo que levou à "legalização" dos acontecimentos. É claro que a baixa do Porto pertence aos trabalhadores no 1.º de Maio, é claro que a acção do Governo Civil e UGT foi montada e premeditada. É claro que a polícia estava lá pronta a intervir e a matar e que reprimiu e matou sem que para isso tivesse tido justificação, sequer aparente. Isto não será esquecido e por tal continua viva a exigência popular de castigo dos responsáveis. As interpretações do MAI e do Governo "AD", do relatório sobre os acontecimentos do 1.º de Maio valem pouco em relação às imagens sangrentas que muitos milhares de memórias registaram.

## Os factos não mentem

Recordemos alguns factos. Que nenhum inquérito pode desmentir e que, por si próprio, é já uma acusação:

**Maio de 1981** — No dia 4, três dias depois das comemorações do 1.º de Maio do ano passado, a União dos Sindicatos do Porto informa o Governador Civil de que, como sempre, promoverá a realização de comemorações do 1.º de Maio de 1982 na Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade, no Porto.

(O Governador Civil não utiliza as 24 horas que a lei lhe concede para levantar dificuldades à realização das comemorações que, automaticamente, não podem ser proibidas).

**Abril de 1982** — Após a divulgação do programa da USP/CGTP-IN para as comemorações do 1.º de Maio na baixa portuense, a UGT divulga, como publicidade paga, o seu programa para o mesmo local. No Porto, 700 representantes dos trabalhadores — dirigentes e delegados sindicais, membros de CP's aprovam em plenário as decisões tomadas pela USP relativamente ao 1.º de Maio e à sua localização.

Governador civil do Porto tenta realizar um sorteio entre a USP e a UGT, para ver quem fica com a baixa do Porto...

A USP, através de comunicado poucos dias antes do 1.º de Maio anuncia que moveu processo crime ao governador civil do Porto por violação da lei e dos direitos fundamentais dos trabalhadores "ao tentar impedir que os trabalhadores e o seu movimento sindical possam comemorar no maior recinto da cidade", o seu dia de festa.

Na noite de 30 de Abril para 1 de Maio, a Polícia de Intervenção enviada para o Porto dispara sobre os trabalhadores e sobre transeuntes. Dois mortos e centenas de pessoas feridas e espancadas.

**Maio de 1982** — Enquanto que na Assembleia da República, a "AD" se recusa a abrir um inquérito aos acontecimentos do Porto, o MAI anuncia ter ordenado o seu.

**Agosto de 1982** — Três meses depois, Ângelo Correia, que não divulga os resultados do inquérito, procura atirar as responsabilidades dos acontecimentos para os ombros dos trabalhadores e das suas organizações representativas, ao mesmo tempo que procura ilibar as suas responsabilidades, as do governador civil do Porto e as dos comandos policiais.

## Nota da SIP do PCP

# É a "AD" e não o País que não tem futuro

Sobre as acusações dirigidas ao PCP pelo secretário de Estado da Emigração, em acto público e oficial, realizado em Fermentelos com a presença do Presidente da República, a SIP do PCP considera suficiente anotar:

1. As afirmações do sr. José Vitorino são uma nova confirmação de que os dirigentes da "AD" confundem irremediavelmente os cargos públicos (que conjuntamente exercem) com os seus cargos partidários e os actos oficiais, em que participam, com os comícios dos seus partidos, tudo colocando, sem pudor nem dignidade, ao serviço da mesma política de mentira e falsificação.

2. As acusações do secretário de Estado da Emigração não têm o menor fundamento e constituem uma tentativa de passar para o PCP as responsabilidades que efectivamente pertencem à "AD", à sua política e ao seu governo.

3. Com efeito, o PCP sempre tem sido e continua a ser favorável ao envio para Portugal das remessas dos emigrantes e à sua mobilização ao serviço do desenvolvimento do País, garantindo ao mesmo tempo os interesses e a vontade dos próprios emigrantes. Pelo contrário, tem sido a política económica e financeira dos governos "AD", ao serviço do grande capital e do imperialismo, que tem afectado

gravemente não só o nível de tais remessas como o seu pleno aproveitamento de acordo com as aspirações dos emigrantes e o interesse nacional. A esse respeito, basta lembrar que a proibição pelo governo "AD" da aquisição pelo BNU de 66 por cento das acções do Banco Franco-Português (permitindo a sua entrega a Miguel Quina) terá como consequência, segundo espe-

cialistas, a retenção no estrangeiro de 15 por cento das remessas dos emigrantes portugueses.

4. Por outro lado, ao acusar o PCP de junto dos emigrantes apresentar o País como "não tendo nem presente nem futuro", o sr. José Vitorino deve manifestamente, como é hábito dos dirigentes da "AD", ter confundido a "AD" com o

País, imitando os grandes mandantes do fascismo que, quando se denunciava os seus interesses e os resultados da sua política antipatriótica, logo gritavam que era a pátria que estava em perigo. Na opinião do PCP, quem não tem presente nem futuro é a "AD", a sua desastrosa política e o seu governo. Pelo contrário, toda a luta do PCP comprova exactamente que, para o PCP, o País

tem presente e tem futuro e tá-los-á tanto melhores e diferentes, quanto mais depressa se libertar do governo "AD" e da sua política de ruína nacional e quanto mais depressa se assegurar uma alternativa democrática, com um governo cuja política defenda com eficiência e seriedade os interesses do povo português e de Portugal.

A SIP do PCP

## Maternidade Planeamento Familiar Aborto

Três projectos de Lei em Debate Público

vasta e profunda reflexão colectiva de médicos, psicólogos, juristas, pedagogos, sindicalistas, deputados e dirigentes políticos

A VERDADE CONTRA A HIPOCRISIA



PCP

# festa da alegria

3, 4 e 5  
SETEMBRO



**BRAGA**  
PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES

## Festa da Alegria Todos os caminhos vão ter a Braga!

A Festa da Alegria, destacado acontecimento político e cultural da região minhota, vai realizar-se no fim-de-semana de 3, 4 e 5 de Setembro, no parque de exposições da bela cidade de Braga.

Ponto alto do programa, o conjunto de espectáculos da Festa inclui, entre outros, os seguintes artistas: Carlos Mendes, Rão Kyao, Samuel, Pedro Barroso, Vitorino de Almeida e o grupo «Raízes». De destacar a participação do catalão Pi de La Serra e do galego Bibiano, artistas bem conhecidos do público português. A música «rock» estará representada pelo grupo «Trem Vivo».

Além de exposições, colóquios e debates, filmes, actividades desportivas e recreativas, a Festa da Alegria terá um Festival Internacional de Folclore, no qual participará o grupo galego «Ondorinhas» e, naturalmente, ranchos portugueses.

O visitante vai encontrar representações das Organizações Regionais do PCP de quase todo o País, mostras de artesanato popular e stands das Associações de Amizade Portugal-URSS, Portugal-RDA e Portugal-Cuba.

O comício da Festa da Alegria realiza-se no dia 4, sábado, a partir das 16 e 30.

### Festa do Mar em Matosinhos

A Festa do Mar, promovida pela Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, é já nos próximos dias 11 e 12 de Setembro.

Quisemos saber o que se podia ver e fazer nos terrenos do Liceu de Matosinhos e conseguimos já alguns detalhes do programa.

Assim, no sábado à noite, especialmente para a juventude, os «UHF» e os «WATTS». Domingo de manhã e para os mais pequenos há provas desportivas, palhaços e a actuação de José Barata Moura. Para a tarde, o programa é variado: rancho regional de Guifões, José Barata Moura, «Grupo Cantares da Terra», José Viana e Dora Leal.

Haverá ainda um colóquio sobre o Poder Local e também na tarde de domingo um comício.

Claro que não faltarão os tradicionais «comes-e-bebes».

### Festa dos Seareiros em Samora Correia

A «Festa dos Seareiros», iniciativa promovida pela Comissão de Freguesia de Samora Correia, do PCP realiza-se nos dias 11 e 12 Setembro.

Do programa salientamos as seguintes actividades: folclore, noite do fado, bailes populares e uma exposição sobre o trabalho dos comunistas eleitos nas autarquias do concelho, em que a APU é maioritária.

Durante os dias da Festa, funcionará um serviço de bar e a tradicional quermesse.

Um camarada da direcção do Partido fará uma intervenção sobre a situação política.

### S. Pedro da Cova

Realiza-se no próximo dia 29, a Festa da Unidade, em S. Pedro da Cova, na Insula.

A festa terá uma manhã infantil e durante a tarde música popular, «rock» e os habituais «comes-e-bebes».

Durante a tarde fará uma intervenção política o camarada Edgar Correia, do CC e da DORP.

## “Aveiro Festa 82”

a 10, 11 e 12 de Setembro

Promovida pela Comissão Distrital do PCP vai realizar-se a “Aveiro/Festa 82”, nos dias 10, 11 e 12 de Setembro, no recinto das feiras da cidade de Aveiro. A iniciativa decorrerá sob o lema “O Poder Local no Portugal de Abril”.

A festa, que no ano passado constituiu um grande êxito, criando já raízes no povo do distrito, traduz uma importante realização política e cultural que este ano irá certamente confirmar-se.

Ocupando um espaço superior ao do ano anterior, além de um vasto conjunto de stands dos vários concelhos, onde se encontrarão os mais diversos artigos de artesanato e da arte popular do distrito, estarão representadas organizações do Partido de outros distritos, com os seus produtos regionais, sendo de destacar o mercado da Reforma Agrária que pela primeira vez irá até Aveiro.

A “Aveiro/Festa 82” dará uma boa contribuição para o esclarecimento das populações e para o reconhecimento da importância do voto na APU, salienta a organização do Partido, que acrescenta: “As eleições para as autarquias locais deste ano são uma importante batalha, que os comunistas e seus aliados irão

travar na certeza de que o povo português saberá dar o seu voto àqueles que, através do seu trabalho, competência e honestidade, se têm empenhado na defesa dos interesses das populações.”

Do vasto e variado programa destacamos a parte cultural, o desporto, os filmes, os colóquios sobre Poder Local e a luta das mulheres (com a presença da camarada Zita Seabra), as expo-

sições, a participação da CDL com o Mercado do Livro e do Disco, a JCP e a alegria da juventude, e um stand para crianças, dos Pioneiros de Portugal. Claro que os bons petiscos na Festa não vão faltar. Numa próxima edição do “Avante!” até publicaremos a ementa!

A situação política será analisada por um camarada da direcção do Partido no dia 12, no comício marcado

para as 17 horas.

Dois palcos animarão permanentemente a festa, contando já assegurados os seguintes artistas: Luísa Bastão, João Fernando, Barata Moura, Manuel Dias, Grupo Ti Gomes, Vante, Carlos Paredes e A. Vitorino Vitorino de Almeida. A música popular estará representada com o Coral Alentejano, Rancho de Sarrazola e agrupamentos musicais do região; a poesia com os

### 150 anos de história através de jornais

— uma exposição inédita na região patente na Festa

Na “Aveiro/Festa-82” que se realiza a 10, 11 e 12 de Setembro, a população de Aveiro vai ter a oportunidade de apreciar uma exposição respeitante à sua vida colectiva nos últimos 150 anos. Trata-se de uma mostra muito ampla de títulos representativos da sua imprensa, iniciativa inédita na região.

Desde o aparecimento do fugaz «Boletim de Notícias», em 1846, até aos nossos dias surgiram na cidade e seu concelho, entre jornais, revistas e outras publicações, à volta de centena e meia de títulos.

Há um século, em 1883, para uma população urbana de 7167 habitantes circulavam já 4 jornais:

«Campeão das Províncias», «Povo de Aveiro» e «Luz». O é o que regista mais títulos pela primeira vez. Por volta de 1943-44, aveirenses tinham ainda os seguintes: «Correio do Vouga Democrático», «O Vigilante», «Arquivo do Distrito de Aveiro» e «O Cépeão das Províncias».

Três grandes jornais tiveram audiência nacional — Jussépio, H. e Mário Sacramento — e a exposição.



## Ainda a campanha de recrutamento

«Os números definitivos da Campanha mostram que foram recrutados nos meses de Março a Junho do ano corrente 5699 novos membros do Partido. Antes de mais, pode dizer-se que foi cumprido o lema da Campanha: “Mais de 5 mil novos militantes até ao fim de Junho!”. O recrutamento de cerca de 5 700 novos membros do Partido é uma contribuição importante para as suas fileiras, para aumentar e melhorar a organização, a actividade e a influência partidária em todas as regiões do País» — sublinha “O Militante”, boletim de organização do Partido, na sua edição deste mês de Agosto, no primeiro de uma série de artigos sobre o balanço da campanha de recrutamento recentemente realizada a nível nacional.

Os números finais das metas por região são os seguintes: Lisboa concretizou 97,4 por cento da sua meta, Santarém 97,3 e Leiria 90,0. Todas as outras Organizações Regionais ultra-

passaram as suas metas. Em números absolutos, Lisboa realizou mais recrutamentos, seguida de Porto e Setúbal (respectivamente com 137,5 e 137,5 por cento das suas metas). Ainda em termos de percentagem é de salientar que a Organização dos Açores recrutou mais do que estava estabelecido (200 por cento!), enquanto a Organização de Trás-os-Montes ultrapassou a sua meta em 10 por cento.

«Em relação aos números provisórios que publicamos no nosso Boletim do mês passado e que correspondiam às metas fornecidas num dos últimos dias de Junho, é de salientar que, como se esperava, ainda foram realizados alguns recrutamentos até ao final daquele mês, de modo que o número total subiu um pouco mais de uma centena. Mas a referir que houve a rectificação de algumas informações que não foram depois concretizadas com a apresentação de factos».

# AVEIRO/FESTA 82



RECINTO DAS FEIRAS  
10, 11, 12 SETEMBRO

## Amadora Festa da Unidade

Nos terrenos do polidesportivo da Falagueira, vai realizar-se nos dias 4 e 5 de Setembro a tradicional "Festa da Unidade", na Amadora.

Do vasto programa que vai animar a Festa, destaque para uma parte cultural, com colóquios, projecções de filmes e exposições. Os pavilhões do Partido vão estar presentes, assim como os da Juventude. Para sábado à tarde, conta-se com a presença dos grupos Coral de Tires, Coral da Damaia, "Futuro a Cantar", Rancho Infantil da Brandoa, "Música Popular Horizonte Novo", "Malteses", e Pedro Ferreira e Rui Gomes; à noite, actuarão os conjuntos "Plebe", "Água Dura" e "Revolução".

No domingo de manhã a pequenada terá uma "manhã infantil" com os palhaços Didi e Zézé, fantoches com a "Praça Pública", ilusionismo e corridas de sacos. À tarde, actuações do Coral Alentejano do Barreiro, Alzira Sá e "Trigo Limpo". Às 18 horas haverá um comício. O grupo "Fado de Abril", Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos actuarão à noite.

## Almada Campanha de fundos marca iniciativa na Caparica

No âmbito da campanha de fundos do Verão, que decorre até fins de Setembro em todo o concelho, os comunistas de Almada, atra-

vés da Comissão Concelhia do Partido, estão a preparar um grandioso pic-nic para o próximo dia 5 de Setembro. Local (aliás bem escolhido):

Convento dos Capuchos, junto à Costa da Caparica. Não faltarão os petiscos, os leilões, os jogos, a música, o convívio.

## Laranjeiro Convívio popular

Por iniciativa da Comissão Local do Partido, realiza-se no próximo dia 4 de Setembro no Laranjeiro (concelho de Almada) uma festa-convívio cujo programa inclui: manhã infantil com jogos e pinturas; à tarde jogos populares tradicionais e canto livre com os grupos «Roveleson» e «Cretcheus» (este constituído por cabo-verdianos) e ainda com um acordeonista; à noite, além do baile popular animado pelo conjunto «Oreón», actuarão o Grupo Coral Alentejano de Paivas e o Grupo «Água Dura».



Prosegue em bom ritmo a construção do Centro de Trabalho do Partido em Gonçalo (distrito da Guarda), velha aspiração dos comunistas que brevemente será uma realidade. O novo CT do Partido constituirá mais um instrumento de grande significado para a dinamização da actividade política e do reforço do PCP, condição fundamental para o êxito na luta em defesa do Portugal de Abril.

## Plenário em Carnide

Com o objectivo de debater e preparar as próximas eleições autárquicas a Comissão de Freguesia de Carnide, do PCP, realiza no próximo dia 31 de Agosto, pelas 21 horas, um plenário de camaradas residentes na freguesia. O plenário decorrerá na sala de reuniões da Junta de Freguesia, junto à igreja de Carnide.



mento

isboa pelo que há quatro números definitivos um pouco menores que os correspondentes aos números provisórios", esclarece "O Militante".

Depois de se referir à composição social e etária dos novos camaradas recrutados (ver quadro), "O Militante" sublinha vários aspectos relacionados com o recrutamento no âmbito da actividade do Partido, destacando a dado passo: "Analisando o que foi esta campanha, um camarada afirmou recentemente: «numa organização que mexe há recrutamentos».

"E é assim, na verdade. Mas o recrutamento não é somente um bom índice de vida de uma organização, também pode e deve servir para motivar as organizações e fazê-las agir. "É preciso elevar a compreensão da importância do

recrutamento. É preciso ter em conta que o recrutamento é indispensável para a natural renovação do Partido, para compensar as perdas contínuas em qualquer organização, motivadas por transferências, por falecimentos e por outras saídas.

"Na medida em que se conhece melhor a organização, vai-se podendo ajudar mais os seus membros, melhorando a sua ligação e a sua participação. Mas vai-se também tomando conta, por vezes, de que há camaradas que não estão bem no Partido, que o desprestigiam, e, em vez de ajudarem, desajudam a actividade partidária. É certo que um deficiente acompanhamento desses camaradas pode ter sido a causa de um certo afastamento das ideias e dos valores que nos caracterizam. Mas a verdade é que estão sempre surgindo casos de

camaradas que se afastam e/ou que não interessam que continuem no Partido.

"Em relação com isto, é necessário ter sempre em atenção a responsabilidade dos organismos dirigentes em relação às situações de afastamento que surgem e não cair, de modo nenhum, em decisões precipitadas que não têm em conta a possibilidade de contactar, de convencer, de reganhar camaradas que estão desligados ou desmotivados.

"De qualquer forma, é muito importante que em cada organização haja um constante trabalho dirigido no sentido de recrutar novos membros do Partido que compensem as perdas havidas e não só. O recrutamento é necessário para renovar mas é também necessário para alargar e fortalecer a organização".

N.º de recrutamentos	5699	%
Operários	3199	56,1
Operários industriais	2761	48,4
Operários agrícolas	438	7,7
Empregados	1094	19,2
Pequenos e médios agricultores	77	1,4
Intelectuais e quadros técnicos	171	3,0
Vários	1158	20,3
Menos de 30 anos	3065	53,8
De 30 a 50 anos	1791	31,4
Mais de 50 anos	843	14,8
Mulheres	1390	24,4

## Trabalhadores

# Siderurgia Nacional

## Que se passa?

Que se passa na Siderurgia Nacional?

A interrogação e as apreensões dos seus trabalhadores têm a sua razão de ser. Trata-se de uma empresa pública de grande importância na economia nacional, com 6200 postos de trabalho, em que reina uma gestão de catástrofe, marcada no quotidiano por uma política incrível de corrupção e de incompetência profissional e de luz verde à fraude e ao compadrio. São as admissões à custa das «cunhas» patrocinadas por alguns funcionários que ocupam lugares de chefia. São os desaparecimentos misteriosos de materiais (ferro, estanho, equipamentos vários) e de cheques. É a passividade perante a acumulação de dívidas à empresa. É a compra de equipamentos cuja utilidade se põe em causa. É a utilização de mão-de-obra externa em excesso e de qualificação duvidosa e o aliciamento às horas extraordinárias (muitas vezes sem justificação). É a aposta no sentimento do «deixa andar» e do «salve-se quem puder».

Há dias, a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da SN colocavam alguns dos mais importantes problemas da empresa, alertando o pessoal da SN e a opinião pública em geral para as consequências que a breve prazo se poderão sentir, caso prosiga a actual política de gestão.

Os organismos representativos dos trabalhadores denunciam o desinteresse na procura de novos mercados, salientando a propósito: «O enfeudamento do Governo aos interesses da CE/ECECA (Conferência Económica para o Carvão e Açúcar) não tem permitido a prospecção e diversificação de mercados, originando acumulações de stocks e não aproveitamento da capacidade produtiva das instalações, obrigando-as a reduzir a laboração».

É notório que a política de compadrio acarinhada por este Governo tem em vista, alertam os trabalhadores, os seguintes objectivos: estagnar a capacidade produtiva da Siderurgia Nacional, EP, permitir lucros fabulosos aos grandes armadores e saídas de divisas do País e denegrir a imagem da empresa pública.

Em relação às questões do crédito, salienta-se dois aspectos: a empresa é obrigada a recorrer a créditos externos visto que o Governo dificulta o acesso aos empréstimos por parte

da banca nacionalizada; o Executivo de Balsemão e Freitas do Amaral facilita créditos a clientes da Siderurgia Nacional para que recorram à importação, mas não facilita que esses mesmos créditos sejam utilizados para amortizar os débitos à empresa.

Depois de referirem que «a venda de produtos siderúrgicos a preços diferentes de cliente para cliente» fez com que na «última venda deste tipo a empresa fosse lesada em mais de 10 mil contos na venda de apenas 1300 toneladas», os organismos dos trabalhadores chamam a atenção para os seguintes aspectos:

- A falta de planificação quanto ao aprovisionamento de stocks e peças de

reserva implica sistematicamente que as reparações ultrapassem os prazos previstos.

- Compras de Máquinas/Equipamentos que após a sua aquisição se conclui não servirem.

- As admissões têm sido terreno fértil ao compadrio criando injustiças e um mau-estar social na empresa.

Apenas 2 casos como exemplos:

O ex-gerente e actual secretário de Estado do Comércio Externo, engenheiro Faria de Oliveira serviu-se, também ele, deste sistema imoral dando a mão a familiares e amigos seus.

Mais recentemente o Conselho de Gerência firma um contrato com um técnico a quem a empresa vai pagar 1600 contos em 8 meses, a «trabalhar» 4 horas dia, marginalizando também desta forma os quadros técnicos da Siderurgia.

- Não são tomadas medidas concretas para pôr fim aos vários tipos de roubos que nestes últimos tempos se têm detectado: desvio de cheques, roubos de lingotes de estanho, cobre, máquinas, ferramentas, etc., etc. Os inquéritos a estes e outros casos arrastam-se há longos meses, sem que as conclusões venham a lume.

**Expansão da Fábrica do Seixal: um projecto adiado ou aniquilado?**

Questão de importância fundamental para o desenvolvimento da empresa, a expansão da fábrica do Seixal da SN é mais um dos muitos exemplos da política antieconómica e antinacional do Governo «AD», devidamente transmitida às empresas através dos seus gestores. A CT e a CI da Siderurgia Nacional salientam a propósito:

«Em 1979, ano de eleições, o Governo afirmava que em Junho de 83 arrancaria o novo Alto Forno.

«Passados 3 anos de indefinição e protelamento deste projecto de grande importância para o País, vem agora o Conselho de Gerência dizer que a manter-se esta situação encerrará toda a actividade ligada a este projecto no fim de Setembro próximo.

«As consequências são de extrema gravidade para a SN, EP e para o País:

- Não aproveitamento dos recursos naturais do País e consequente prejuízo para o desenvolvimento regional;

- Não criação de milhares de novos postos de trabalho;

- Criação de dificuldades no desenvolvimento



de dezenas de empresas nacionais ligadas ao projecto, pondo em perigo centenas de postos de trabalho;

- Obriga a Siderurgia Nacional, EP, a pagar entre 15 a 20 milhões de contos (por compromissos já assumidos) sem qualquer contrapartida;
- Subaproveitamento de técnicos siderúrgicos que estão ligados a este projecto.

E acrescentam: «Perante estes factos os ORTs da Siderurgia não poderiam ficar calados e es-

conder o que meticulosamente tem vindo a ser preparado, com a finalidade de arrastar mais uma empresa pública para situação difícil, dando assim a tal imagem negativa que tanto deseja este Governo, representante do grande capital.

«Os trabalhadores da Siderurgia Nacional, EP, querem deixar bem claro que estão solidários com todos os trabalhadores do País e tudo farão para denunciar e opor-se à destruição das nacionalizações, uma das grandes conquistas a que o 25 de Abril abriu as portas. «A Siderurgia Nacional, um dos fortes baluartes da classe operária plenamente consciente dos perigos para que a «AD» está a empurrar, afirma que não hesitará em avançar para formas de luta evitando que o Governo cumpra o seu plano de destruição e vá para a rua dando fim à política antinacional.

«Os ORTs, informam que já pediram uma audiência ao sr. ministro da Indústria, Bialdo Horta, antigo trabalhador e administrador da SN no tempo do feudo Champallimaud.

«Posteriormente irão pedir audiências ao sr. Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República».

## As dívidas à empresa

No passado mês de Julho, as Comissões de Trabalhadores e Intersindical da SN referiam-se assim ao caso das dívidas à empresa:

«Neste momento a dívida ronda os 7 milhões de contos. Nos quadros que o Conselho de Gerência (CG) fez publicar no seu histórico romance (circulário), quem se defia um pouco de trabalho, facilmente conclui: a 31 de Janeiro a dívida só de juros de mora e encargos era de 371 mil contos, mas repare-se no grande esforço que o CG fez para que, passados 4 meses, reduzisse estes encargos para 368 mil contos! O CG deve ter tomado grandes decisões, só que os resultados não se vêem. Há 8 clientes que se mantêm entre os devedores com dívidas superiores a 5000 contos entre Janeiro e Maio/82. Apesar de haver cerca de 200 clientes

devedores, só 10 devem 60% da dívida total (222 mil contos).

«Mas o pior é que se encontra neste grupo um conjunto de clientes (Heliço, Helitor, Ferrotor, Ormis, Produtos Corciceiros, etc.) que são os que mais graves problemas levantam à Siderurgia Nacional, EP. Quais as explicações que o CG dá? Escreve na circular a sua incapacidade para resolver esta situação. Se estes clientes devedores lerem esta circular ficam muito mais à vontade para continuar a comprar produtos à Siderurgia, ficar a devê-los ou então pagá-los com juros da sua própria dívida. Assim não, isto é tudo, menos gerir. Isto não é mais nem menos que fazer um convite aos outros clientes para que passem também a utilizar os mesmos métodos».

# Trabalhadores do sector alertam

## Quanto custará ao país e ao povo a destruição da Marinha Mercante?

Recentes acontecimentos na CTM (greve dos seus trabalhadores com uma adesão de 95 por cento, contra a declaração da empresa, por parte do Governo, em situação económica difícil) e na CNN (venda dos dois únicos navios frigoríficos da frota de comércio português) trazem novamente a primeiro plano os problemas da Marinha Mercante em Portugal, cujos trabalhadores prosseguem a luta contra a política de destruição do sector.

Os dirigentes da «AD» já nem o negam: o Governo está realmente apostado no desmantelamento total das empresas nacionalizadas da Marinha Mercante. Basta ler as entrevistas concedidas por membros do Executivo (como o secretário dos Transportes Exteriores) a jornais de direita ou estar atento às tomadas de posição oficiais sobre a situação das empresas públicas, que representam a quase totalidade do sector.

Independentemente de outros aspectos, convém desde já saber o que é realmente a Marinha Mercante portuguesa, qual a sua importância no âmbito da economia nacional, quais as consequências do seu desmantelamento?

Ainda recentemente as organizações representativas dos trabalhadores, desse importante sector, como, por exemplo, a Federação dos Sindicatos do Mar e várias Comissões de Trabalhadores, em documento conjunto, salientavam:

«A destruição da Marinha Mercante levará a aumentos de preços ao consumidor. O país, os trabalhadores e as populações serão prejudicadas para benefício de meia dúzia. O nosso país tem um alto volume de importações e mesmo produtos fabricados em Portugal necessitam de matérias-primas importadas. Todos estes produtos e matérias irão sofrer grande aumento sem que isso seja necessário!»

ção e recuperação da nossa marinha de comércio».

### 10 mil postos de trabalho

Os sucessivos governos de direita nunca se empenharam na reformulação e dinamização do sector. Os problemas ampliaram-se. O saneamento económico das empresas e o relacionamento da sua actividade, — exigências desde há muito adiantadas pelos trabalhadores — nunca mereceram a atenção das autoridades. Com os governos «AD» a situação atingiu um ponto de ruptura, propositadamente criado pela política governamental.

que visa desarticulá-las e reduzir a sua actividade.

A destruição das empresas nacionalizadas da Marinha Mercante (uma das componentes da operação de ataque a todas as nacionalizações feitas após o 25 de Abril) é um objectivo que traz consigo o desejo de abertura aos grandes operadores privados europeus, criando assim as condições para uma maior dependência do país em relação ao estrangeiro.

Ao declarar empresas públicas em situação económica difícil — os problemas que existem são da responsabilidade de quem as boicotou! — como sucedeu na CTM, o Governo «AD» tentava arranjar «argumentos» que possam justificar a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, nomeadamente a estabilidade do emprego.

«Só a CTM tem cerca de 3500 trabalhadores e o sector cerca de 10 mil, o que contandocom as famílias que deles dependem, atinge cerca de 40 mil pessoas.

«Se a Marinha Mercante fosse entregue aos capitalistas, é mais certo que os transportes que ainda são feitos em barcos nacionais deixariam de ser, pois as nossas rotas, carreiras, mercados e fretes seriam dados aos grandes grupos estrangeiros, com uma consequente perda de divisas.

Então, a nossa Marinha Mercante deixaria praticamente de existir; a indústria naval seria fortemente prejudicada; os nossos marinheiros (os poucos que o conseguissem) teriam de trabalhar em navios estrangeiros; a miséria e o desemprego seriam uma triste realidade para a maioria dos trabalhadores do sector. Isto levaria a que o nosso país ficasse mais pobre e mais dependente. Os

isto porque o fascismo nos legou uma Marinha Mercante cujas empresas estavam cheias de dívidas e algumas à beira da falência. A isto as tinham conduzido os interesses das grandes monopolistas que dominavam o país. Depois do 25 de Abril, o sector da Marinha Mercante foi nacionalizado. Ficaram abertas as condições para a reestrutura-

Salientam as organizações representativas dos trabalhadores:

«Os governos «AD» trataram de colocar nos conselhos de gerência das empresas armadoras estatais homens ligados ao grande capital, os quais têm vindo a geri-las não segundo os interesses do País, mas «afundando-as», segundo um plano

# Hotel Baía

O secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho, afirmou uma vez mais a sua opção declarada pelo «truque» e pela manobra falsa na «resolução» das questões que passam por aquele departamento governamental, como sucede presentemente com a situação do Hotel Baía, de Cascais, cujos trabalhadores prosseguem a sua justa luta contra a permanência dos «gorilas» no interior do hotel.

Depois de ter dado o seu aval ao assalto feito a 4 de Agosto por um bando de marginais ao serviço da «comissão de gestão interina» — imposta na unidade hoteleira pelo próprio Nandim de Carvalho — aquele membro do Governo AD ensaiou agora mais uma das suas manobras, tentando iludir os trabalhadores do Baía e a opinião pública em geral, com, nada mais, nada menos, um «acordo secreto»... que juntaria em anexo a uma eventual plataforma de entendimento com os trabalhadores, mas nas costas destes.

Explicando melhor: Nandim de Carvalho (um «profissional» na fuga ao diálogo e no desrespeito pelas mais elementares normas políticas e sociais) e o director do hotel, Cipriano Oliveira, cozinharam um «acordo» segundo o qual 20 trabalhadores da empresa seriam despedidos. Motivo: serem membros da CT ou destacados defensores do regime de autogestão em que se encontrava o hotel desde há vários anos, agora ameaçado com a entrada violenta de familiares e serventes do antigo patrão, devidamente acarinhados pelo Governo.

É evidente que os trabalhadores do Baía repudiam tal «acordo» e exigem a reposição da legalidade, chamando à atenção para a responsabilidade dos tribunais neste caso.

## Vitória nos CTT

Aumentos salariais de 21,76 por cento, diuturnidades quinquenais de mil escudos, subsídio de infantiário de dois mil escudos, subsídio de ama de 1200 escudos e subsídios de refeição e pequeno almoço a 200 e a 50 escudos respectivamente — assim estabelece o novo acordo de empresa recentemente concluído nos CTT, após uma fase de negociações entre os representantes dos trabalhadores (que anteriormente chegaram a marcar paralisações) e a administração.

# Agosto, mês de luta

Contratos colectivos e acordos de empresa, atrasos no pagamento de salários e subsídios, tentativas de despedimento, suspensões ilegais, clima de repressão nas empresas, desrespeito pelos direitos sindicais, política de desmembramento de empresas públicas — estes os motivos principais das lutas dos trabalhadores portugueses, que neste mês de Agosto de 1982 tem atingido forte expressão combativa, em unidade e firmeza.

Até ao passado dia 17, a luta teve particular desenvolvimento em 11 sectores e mais de meia centena de empresas, segundo divulgou há dias a CGTP-Intersindical Nacional.

De acordo com as informações divulgadas pela Central sindical, as questões da contratação colectiva assumem especial destaque na Agricultura, Pecuária e Silvicultura dos Distritos de Évora e Beja, no Arrasto Costeiro, na Indústria e Comércio Farmacêutico, na Hotelaria e Similares do Algarve, na Imprensa Nacional/Casa da Moeda, nas Madeiras e na RTP, entre outros.

Pelos outros motivos já expostos (atrasos no pagamento de salários, desmembramento e má gestão das empresas, ameaça da manutenção dos postos de trabalho, etc.), milhares de trabalhadores recorreram à luta ou para ela se preparam se necessário na AEG/Telefunken, Alar, Bertrand, Carris, Clínica das Amoreiras, Comelna, Companhia Portuguesa de Pescas, Companhia de Transportes Marítimos, Fábrica de Louças de Sacavém, Ormis, Rodoviária Nacional, Videira da Fontela, Anop e Hotel Baía, entre outras empresas.

### Ormis

Violando um acordo estabelecido com os trabalhadores em Janeiro de 1981, quando o encerramento da unidade de S. Iria da Azóia obrigou à deslocação do pessoal para a unidade de Alcochete, tendo na ocasião sido prometido que os postos de trabalho seriam mantidos, a administração da Ormis insiste agora na tentativa de despedimento colectivo de 77 trabalhadores, o que é frontalmente recusado pelo pessoal da empresa.

Caso a administração prosseguir este seu objectivo, os trabalhadores desta empresa de embalagens metálicas desencaixarão as formas de luta adequadas.

Os representantes dos trabalhadores da Ormis acusam a administração e a Secretaria de Estado do Emprego de pretenderem destruir postos de trabalho e o património da empresa.

A unidade e a determinação têm igualmente marcado a situação no sector das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa (luta pela revisão do CCTV), entre os trabalhadores da Previdência (em defesa dos direitos que o Governo lhes quer retirar com a sua integração no regime jurídico da Função Pública), das Fábricas Triunfo (repúdio pelos aumentos salariais propostos pela administração), da Setenave (em defesa da nacionalização da empresa) e do sector de garagens (pelo acordo nas negociações do novo contrato).

## Escritórios do Porto

### Três anos de ilegalidade

Três anos depois de se terem realizado as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto, que registou a vitória da lista C, e depois do longo processo de luta que passou pela ratificação em Assembleia Geral da vitória desta lista, o Sindicato continua ocupado ilegalmente e sem que nenhum tribunal tivesse ainda reposto a legalidade. Um bando de oportunistas da anterior direcção afecta à UGT e com a cobertura do Governo «AD» vão destruindo o sindicato e afastando os trabalhadores; o sindicato conta actualmente com menos de um terço dos trabalhadores de Escritório do distrito do Porto.

Há algum tempo, a direcção eleita do STEDP distribuiu um comunicado em que considera urgente a concretização da sua tomada de posse, «já que ninguém conseguiu provar nenhuma irregularidade no processo eleitoral de 1979».

Dezenas de milhares de trabalhadores vêm lesados os seus interesses, não tendo uma estrutura sindical democrática e activa que os defenda. Ainda no referido comunicado, a direcção eleita do STEDP salienta que «os trabalhadores terão de tomar nas suas mãos a definitiva resolução da situação insustentável a que se chegou, sendo para isso necessário encarar a realização duma grande assembleia de trabalhadores de escritório».

## «Columbo»

### Mais de trezentos no desemprego

Continuam no desemprego mais de 300 trabalhadores da Columbo, empresa têxtil que, como o «Avante!» noticiou na altura, foi encerrada por falência.

Trabalhadores e sindicato fazem diligências junto do administrador, em relação à situação de falência e à possibilidade de crédito da empresa.

Os trabalhadores não podem aceitar que recaiam sobre si as consequências da má gestão das empresas ou, o que é ainda mais frequente, das negociações e manobras dos capitalistas que abrem e fecham empresas, deixando-as ir à falência, com o único objectivo de obtenção de lucros fáceis e sem nunca se preocuparem com os direitos dos trabalhadores.

## Porto — tribunal de opinião vai analisar a repressão no sector têxtil

Promovido pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Têxteis, realiza-se nos fins de Setembro um Tribunal de Opinião Pública subordinado ao tema «Repressão no Sector Têxtil». Entre os objectivos contam-se os de julgar e denunciar as práticas ilegais do patronato, a cumplicidade do Governo e dos divisionistas do Sindetex/UGT. Esta iniciativa surge na sequência das múltiplas situações de recurso à repressão nas empresas do sector têxtil.

Após um levantamento exaustivo na base de contactos com as empresas, dirigentes e activistas sindicais e com inúmeros trabalhadores, foi possível traçar alguns aspectos da repressão patronal neste sector: violação e ataque às liberdades sindicais, violação da lei da greve, atentados à condição da mulher e mãe trabalhadora, instabilidade de emprego com os contratos a prazo, atentados à condição humana.

Entretanto, foi feito um apelo para que todas as pessoas, trabalhadores ou não do sector, que tenham conhecimento directo ou indirecto de situações de repressão nas empresas do sector têxtil que as dirijam à federação dos têxteis.

Nacional

Madeira

# Apoiado pela restante oposição PCP apresenta na Assembleia Regional dois projectos que o PSD recusa

O deputado comunista à Assembleia Regional da Madeira, apresentou nos passados dias 29 e 30 do mês passado dois projectos de decreto regional. O PCP, que pela primeira vez marcou uma Ordem do Dia naquele órgão regional, viu os seus projectos apoiados por todos os partidos da oposição — PS e CDS —, encontrando-se a UDP ausente. O PPD, maioritário na Assembleia Regional, pronunciou-se contra os projectos de diploma que visavam, o primeiro, a criação da EPAAL — Empresa Pública de Apoio às Autarquias Locais e, o segundo, a criação de um Fundo Regional de Apoio Financeiro às Autarquias Locais da Região Autónoma da Madeira.

A intervenção do deputado do PCP, camarada Mário Aguiar, justificando o primeiro dos projectos, recordou aos deputados as carências bem conhecidas em matéria de estruturas de saneamento básico na Região — «extraordinariamente gravosa à data do 25 de Abril e, apesar de atenuadas, ainda bem gritantes».

Propondo obviar a tais carências através de medidas especiais tomadas em conjunto, reunindo assim capacidades que não poderiam ser obtidas por cada um dos municípios isolado, o PCP sublinhou os elevados custos de todas as estruturas nas particulares condições geográficas da Madeira.

Mário de Aguiar lembrou que o próprio Governo Regional, em recente resolução, considerava que o problema da falta de água se devia em parte a «uma certa indisciplina na repartição geográfica do produto que se pensa que poderá ser colmatada com a criação da empresa pública de saneamento básico pela Assembleia Regional».

O PCP propôs «a criação de uma empresa que não se substitua aos municípios mas, antes pelo contrário, actue face a eles como se fosse uma empresa grossista, fornecendo-lhes as condições básicas para os serviços que as câmaras depois fornecerão e distribuirão aos consumidores», afirmou Mário Aguiar depois de explicar o âmbito de actuação da empresa proposta: captação de águas potáveis, drenagem e esgotos, depuração de águas residuais, tratamento e destino final dos lixos, tarefas que o deputado comunista considerou serem dificilmente levadas a cabo pela iniciativa isolada de cada município.

«Além disso», afirmou mais

adiante, «e como garantia quer de respeito pelos poderes autárquicos, quer da total interligação entre a empresa e as autarquias, considera-se ainda ser essencial uma eficaz participação dos municípios nos órgãos de gestão de empresa, de forma a que exista uma interligação profunda entre a gestão autárquica e as actividades de saneamento básico que sejam prosseguidas por esta».

Em suma: um projecto que o próprio Governo Regional tinha reconhecido como necessário tendo em vista as carências da Madeira e a desorganização existente no âmbito do saneamento básico.

Um projecto que pretendia respeitar os poderes autárquicos e uma gestão democrática. Um projecto recusado pelo PPD da Madeira.

«Será que ainda assim, iremos assistir ao triste espectáculo do PSD votar aquilo que noutras ocasiões lhe não pertence?», perguntava Mário Aguiar no final da sua intervenção. Foi, de facto, o que aconteceu.

## Repór a legalidade nas finanças das autarquias

O segundo projecto apresentado na Assembleia Regional pelo deputado do PCP tinha como objectivo «por um lado propiciar uma vida financeira mais desalugada para as autarquias da nossa Região», como sublinhou a intervenção do camarada, tendo em conta que «as condições geográficas tornam especialmente difícil e morosa a resolução das carências básicas das populações, o que é agravado por custos como os da construção civil mais elevados que os do Continente, sen-

do por isso lógico que as autarquias da nossa Região tivessem orçamento superior ao orçamento das autarquias. Tal como é definido na Lei das Finanças Locais».

«Por outro lado, pretende o PCP com este seu projecto introduzir o mínimo de disciplina num sector que tem vivido no completo desprezo pela legalidade, ao sabor das conveniências e decisões arbitrárias do Governo Regional», afirmou ainda Mário Aguiar.

Criticando o actual sistema de subsídios, pelas desigualdades gritantes que cria entre as autarquias e pela dependência que promove em relação ao Governo da Região e, ainda pela impossibilidade que impõe aos municípios de planificarem a sua gestão, Mário Aguiar deu exemplos do que tem sido a política de subsídios do PSD no Governo Regional:

«Segundo o OGE para 1980, às autarquias da Região Autónoma da Madeira estavam destinados 579 654 contos. Escusado será dizer que a integral aplicação da Lei das Finanças Locais implicaria que às mesmas autarquias fossem distribuídos 1 064 428 contos. Esqueçamos por momentos esta quantia que é muito superior à prevista no OGE e sigamos o destino desses 579 654 contos que o Governo Central enviou para a Madeira para serem entregues às autarquias.

«Então, conferindo os Jornais Oficiais da Região, temos que, em aplicação da Lei foram entregues às autarquias 225 207 547\$60, ou seja 39 por cento daquilo que o Governo Regional recebeu com a estrita e única finalidade de entregar às autarquias. Quer dizer, em 1980, o Governo Regional utilizou 61 por cento das verbas das autarquias em proveito próprio».

Após a denúncia deste roubo, o deputado comunista referiu ainda que, «é certo, mais dinheiro foi entregue às autarquias a título de subsídios. O que, na opinião do PCP, não resolve os problemas. «É evidente», disse Mário Aguiar, «que aquilo que é entregue como favor não pode ser equiparado àquilo que é devido como obrigação».

No final das contas, o Governo Regional ficou com mais de

55 mil contos do que recebeu do OGE para as autarquias madeirenses.

Foi ainda provado, no decorrer da intervenção, que a proximidade das eleições condiciona a política de subsídios, sendo os dinheiros públicos maneirados para servir os interesses partidários do PSD...

Mas a criação de um Fundo Regional de Apoio Financeiro às Autarquias da Região Autónoma da Madeira, que o projecto do PCP propôs, teve o mesmo caminho que o anterior — a recusa do PSD. O projecto, que previa a repartição de um fundo regional pelos municípios, de acordo com índices determinados, ao mesmo tempo que arrendava a prática do subsídio, tal como ela é feita actualmente, foi rejeitado.

«Pelo lado desta Assembleia» afirmou no final dos debates o deputado do PCP, «a cegueira, o sectarismo partidário, a incapacidade de discutir questões concretas, a recusa em aceitar os factos».

«Cegos e surdos às realidades locais, os deputados do PSD só não são mudos para proferirem provocações políticas e insultos que de tão repetidos já deviam cansar os seus autores».

«Quanto às autarquias locais ficou aqui claramente demonstrado que, em maior ou menor grau, a gestão do PSD se caracteriza pela incompetência, má gestão dos dinheiros públicos e pelo compadrio e irregularidades sucessivas».

«Mas o Governo Regional» afirmou mais adiante o camarada, depois de ter acusado aquele órgão de ser o principal responsável pelo descabro existente, «é também o principal responsável porque encobre, esconde, manipula, deturpa e mente descaradamente a respeito de uma situação que conhece melhor que todos».

«O PCP termina este debate com a consciência de ter assente as suas denúncias em factos concretos e devidamente analisados e de ter apresentado um projecto legislativo correcto, viável e proveitoso para a Região. Aos deputados do PSD cabe a responsabilidade de serem concipientes com todas as desconvidades que denunciou».

Terra

# UCP 1.º de Maio da Gâmbia A solidariedade sempre necessária

Por volta das três da tarde o reboque estava cheio. Algumas toneladas de tomate, apanhado durante uma manhã e um pedaço da tarde que começava, foram, no sábado passado, uma ajuda solidária que alguns trabalhadores da cintura industrial de Setúbal, com destaque para os da Setenave, foram dar aos trabalhadores da Cooperativa 1.º de Maio, da Gâmbia, concelho de Setúbal.

Os leitores devem estar recordados das lutas que os trabalhadores desta UCP têm travado, desde os alvares da Reforma Agrária até há pouco. Das vitórias e dos reveses que a sua luta registou. Do espírito revolucionário que os tem animado. Dos ataques que, logo a partir do 25 de Novembro, a sua obra foi alvo, culminando com uma reserva, já decidida pelo Governo 'AD', em Maio de 1980, que entregou ao antigo agrário, o Borba, cerca de 300 hectares das melhores terras da UCP que contava antes com mais de 700 hectares.

Desapossados das melhores terras — num processo de destruição que atingiu muitas outras UCP's nas terras da Reforma Agrária — os trabalhadores da Gâmbia não se deixaram vencer. E a prova é que continuam a trabalhar a terra, a contribuir para a economia nacional, a empreender novas culturas, apesar das dificuldades de toda a estirpe que os governantes 'AD' lhes colocam, dos limitados meios que o roubo de terras, de gado e de instalações que o processo de reservas lhes deixou.

## Tiro aos pratos

Basta lançar uma olhadela às terras que ficaram nas mãos dos trabalhadores e às que foram entregues ao agrário Borba, para termos um retrato fiel do que tem sido a sabotagem fomentada pelo Governo 'AD' à economia agrícola do país. Ficamos também com uma nítida ideia do que poderia ser — e afinal de contas do que virá a ser — a economia agrícola dirigida pelos trabalhadores, pela Reforma Agrária, quando a ela tornarem, como é de direito, as terras roubadas.

Hoje, nas terras de Gâmbia, o gado volta de novo a pastar em terreno preparado para o efeito. Mas os trabalhadores não esquecem que, por exemplo, a totalidade das ovelhas na sua posse — 1019 — foram entregues ao Borba. Que as vendeu em Espanha! O gado hoje existente foi comprado, com dinheiro da UCP a pequenos e médios agricultores de Pias.

Do regadio existente há dois anos, ficou o agrário com as melhores terras. Vinte hectares — «construídos» pela cooperativa — foram dados de mão beijada ao Borba. Que arrancou um pomar de pessegueiro para fazer... uma estufa de cravos! Há dois anos que começou esse trabalho destrutivo. Mas talvez porque, afinal, lhe não agradam os cravos, a estufa construída para o efeito não passou ainda de uma estrutura de madeira para as visitas verem, nada se cultivando.

É verdade que as visitas abundam na terra que o Borba ocupou. Pudemos ver lá gente e automóveis. Não iam trabalhar. Iam fazer tiro aos pratos. Durante boa parte da manhã e da tarde de sábado doíam as costas aos trabalhadores na apanha do tomate, ouvia-se o tiroio da festinha dos agrários e da sua gente.

Nenhuma parcela de regadio do agrário foi trabalhada. Nenhum sulco foi sequer feito no sequeiro. Depois da festalora que o Borba ofereceu à sua gente e aos laicaos, nada mais mexeu nas terras roubadas pelo Governo e dadas ao agrário. A única actividade que se pode constatar é o arremedo de desporto que é o tiro aos pratos.

Mas o agrário não conseguiu tudo. Conforme nos lembrou um dirigente da UCP, o Borba, apesar de usar pistoleiros, apesar de contar com a presença intimidatória da GNR — que afinal não estava para colaborar em tanta ilegalidade — não conseguiu consumir totalmente o objectivo que se tinha proposto. No ano passado, quando foi para recolher o sal da campanha, os trabalhadores levaram a melhor e conseguiram, mercê da sua determinação, arreca-dar e vender o sal que trabalharam, rodo a rodo.

Sempre auxiliados pelos trabalhadores do concelho. A memória da solidariedade, que é de sempre, dos operários da Setenave e de outros da cintura industrial de Setúbal, não se apagará facilmente.

## A solidariedade necessária

A solidariedade não faltou. No entanto, na opinião dos camaradas trabalhadores da UCP, agora ela é mais necessária do que nunca. Mesmo no tempo em que a Reforma Agrária era uma festa deixando entrever um futuro radioso — a terra a quem a trabalha era quase uma realidade ao alcance da mão — a solidariedade dos outros trabalhadores que empregavam a sua força e a sua inteligência noutros campos da produção foi valiosa. Hoje, quando os meios são roubados e a produção não é a que podia ser, com os ataques sistemáticos às terras, com os cortes de crédito, os roubos, a sabotagem, a solidariedade adquire um papel ainda mais relevante. Não se trata apenas de festejar e de trabalhar. Trata-se de trabalhar sim, mas também de levar aos homens e às mulheres da Reforma Agrária o calor da esperança de todos. Que não falha. E por isso deve ser comunicada, partilhada.

Na manhã de sábado, mais uma carrada de tomate seguiu para a fábrica. Nas jornadas anteriores também aconteceu o mesmo, somando agora cerca de 15 toneladas, ou mais, o produto do trabalho voluntário aliado ao trabalho das gentes da UCP 1.º de Maio da Gâmbia. A UCP onde — lembram-se? — uma mulher, que lá vimos ainda com todo o seu entusiasmo, respondeu às autoridades que no 25 de Novembro iam em busca de armas: «As nossas armas são estas», e lhes atirou aos pés as enxadas com que fabricam o nosso pão.

Esse objectivo — o de lutar pelo pão mesmo quando o Governo 'AD' insiste em desbaratá-lo e destruí-lo —, continuam os trabalhadores da Gâmbia, como em toda a parte das terras da Reforma Agrária, a tê-lo como bússola. Por isso, à mingua de regadio, abriram um furo em terra de sequeiro e cultivaram tomate, regando-o com água puxada a motor. São quase quatro hectares. Muita terra, se estivermos sós. Pouca coisa, se contarmos com os camaradas. O exemplo da solidariedade está aí. A frutificar nos campos da Reforma Agrária. A solidariedade não é um símbolo. É uma necessidade.

# Santa Maria dos Açores onde tudo falta porque sobra PPD

## — APU prepara autárquicas

Uma delegação da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores deslocou-se recentemente em visita de trabalho à ilha de Santa Maria, com o objectivo de aprofundar o conhecimento dos problemas que afligem o povo da ilha e contribuir para que o Partido possa cada vez melhor organizar a luta pela sua defesa e solução.

A delegação procurou interlar-se do que tem sido a gestão da Câmara e da Assembleia Municipal e de cada Junta de Freguesia. Nesse sentido — segundo o comunicado da APU — a delegação do PCP pôde constatar «os graves prejuízos para a população decorrentes da não aplicação integral da Lei das Finanças Locais, que nos anos 81/82 subtraiu às autarquias de Santa Maria mais de 80 mil contos». Acresce, porém, que uma gestão acintosamente antidemocrática em órgãos autárquicos onde pontifica o PPD, e mesmo o PS, multiplica os problemas e o abandono a que a terra e a sua população estão sujeitos.

É o caso «das estradas que se principiam e não se acabam, dos esgotos que cobrem só metade da Vila do Porto e da electrificação que não chegou a muitas freguesias»; da muralha construída junto à praia sem cuidar dos efeitos que traria e que está a causar um desassoreamento alarmante: «em lugar da areia que desaparece ficam os calhaus». Presidentes de Câmara e juntas de Freguesia comportam-se como meros apêndices do Governo Regional, e quando — como é o caso, e é justo referir, do presidente PS da Câmara de Vila do Porto — tentam de algum modo corresponder ao mandato que lhes foi conferido pelas populações, são por ele ultrapassados em favor de quem cegamente obedece (em Vila do Porto, o presidente da Assembleia Municipal), num despendido atentado à legalidade democrática.

No âmbito da APU, a delegação de trabalho do PCP participou na análise dos objectivos

políticos a alcançar nas próximas eleições autárquicas, e na programação do trabalho na ilha com vista à preparação de listas e de programas.

## Uma ilha ao abandono

A situação vigente na Região Autónoma dos Açores, sob domínio do PPD apostado no autoritarismo, no desprezo pela legalidade e pelos mais elementares direitos e carências das populações, mais reforça a necessidade de fazer eleger para os órgãos de poder local homens e mulheres capazes de se lhe opor, de assumirem corajosamente a defesa das populações que representam, em numerosos domínios da vida pública em que não só o poder central (ou apesar do poder central...) mas também o poder local pode intervir.

O comunicado da APU enumera os que mais gritantes são na ilha de Santa Maria:

— Aos jovens não é facultada a possibilidade de estudarem para além do actual 5.º ano, o que equivale a dizer que «quem quer continuar a estudar paga» — «paga» fora da ilha, e essa é imediatamente uma forma de selecção. Por outro lado, novos empregos não há.

— As terras cultiváveis estão ao abandono, por falta de meios próprios dos agricultores e por falta de crédito. Os géneros escasseiam e atingem, quando aparecem, preços altíssimos, como os grandes intermediários podem permitir-se, mesmo não vendendo, porque contam com os subsídios que recebem do Governo Regional.

— Por razões climáticas e falta de apoio, os criadores de gado vêem-se obrigados a ven-

dê-lo por uma bagatela aos grandes intermediários, aos quais, além dos subsídios, o Governo Regional faculta a liberdade de inflacionarem a seu bel-prazer os preços de venda ao comerciante e ao consumidor.

— Para os pescadores não há subsídio de meses de Inverno, não há tabelamento de preços mínimos do pescado, não há fiscalização do limite de milhas a que são obrigados os barcos estrangeiros, e ainda para cúmulo têm que pagar mil escudos (ou mil e quinhentos, ao domingo) por cada vez que o guincho do porto coloca ou sobe um barco.

— Entre muitos e muitos direitos dos trabalhadores que não são respeitados, o comunicado da APU cita o de trabalhadores na Função Pública que há mais de 20 anos têm contratos a prazo, que em cada 6 meses não se sabe se são renovados ou revogados!

## Para o povo só migalhas

A todos estes problemas e à pobreza que atinge generalizadamente o povo trabalhador soma-se agora a ameaça de retirada à ilha dos serviços do aeroporto central e do controlo aéreo, onde muita gente vai buscar o ganha-pão, acenando-se em troca com uma chamada «Zona Franca», «uma pequena área vedada onde funcionariam pequenas indústrias do sector químico e electrónico, a produzir para a exportação e a exigir uma mão-de-obra qualificada que teria que vir de fora». O PCP a APU denunciaram este projecto como mais um chorudo negócio para os grandes capitalistas regionais, nacionais e estrangeiros, que deixará aos trabalhadores marieiros, como migalhas, os trabalhos mais duros e mais mal pagos.

Tudo isto confirma os traços

já conhecidos da acção do Governo Regional do PPD dos Açores, que o comunicado da Coordenadora da APU de Santa Maria caracteriza «pela incompetência, a corrupção, o desprezo pelas estruturas do Poder Local e pelos direitos dos trabalhadores e do povo em geral, por uma política de submissão e de servilismo aos grandes capitalistas regionais, nacionais e estrangeiros».

Resultado dessa política são as dramáticas condições de vida da generalidade dos marieiros, e um decréscimo alarmante da população residente que, por exemplo em Santo Espírito e Santa Bárbara, ronda nos últimos 10 anos os 50%.

## As reivindicações imediatas

A Coordenadora da APU considera que uma tal situação põe em perigo a própria sobrevivência daquela comunidade e define como primeiros objectivos de luta e medidas mais urgentes:

- a reposição e aperfeiçoamento das estruturas económicas da ilha;
  - o alargamento do grau de escolaridade e a criação de escolas profissionais;
  - o apoio técnico e financeiro à indústria artesanal, que respeite as características e as riquezas próprias da ilha, nomeadamente nos domínios da agricultura e florestal, e na cerâmica.
- Como tarefa política imediata, a Coordenadora da APU apela a todos os democratas de Santa Maria no sentido de juntarem esforços que possam resultar na eleição de candidatos APU nas próximas eleições autárquicas — para o reforço do Poder Local democrático e da luta pela democracia e por melhores condições de vida na ilha de Santa Maria e na Região Autónoma dos Açores.

Internacional

# “Soyuz t-7 Cosmos” com uma mulher a bordo

No dia 19 de Agosto foi lançada para o cosmos mais uma nave espacial soviética, a «Soyuz t-7», com os cosmonautas Leonid Popov, Alexander Serebrov e Svetlana Savitskaia. A «Soyuz t-7» acoplou no espaço com a estação orbital «Saliout-7»/«Soyuz t-5».

A bordo, os cosmonautas dedicam-se à realização de diversas experiências bio-tecnológicas, médicas, e de exploração da atmosfera terrestre, do meio inter-planetário, das fontes de raios galácticos e extra-galácticos, para além de experiências geofísicas visando o estudo dos recursos naturais da Terra. Estas algumas das direcções de trabalho do colectivo de cosmonautas soviéticos neste momento no espaço.

17 anos estabeleceu três recordes mundiais de paraquedismo, a partir da estratosfera. Dois anos depois, pelos êxitos alcançados em pilotagem, foi-lhe outorgado o título de «mestre do desporto».

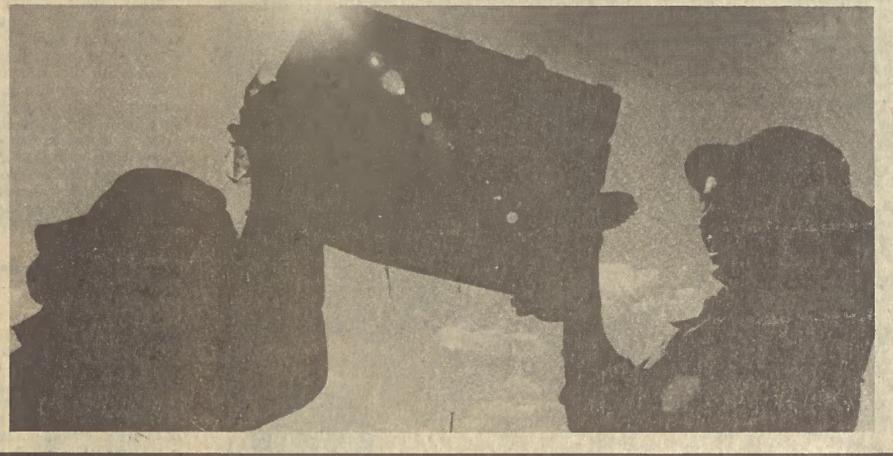
Sintetizando os factos mais significativos da sua vida profissional, diz Svetlana: «Nasci em 1948, em Moscovo. Antes de terminar a escola secundária resolvi tornar-me piloto. No entanto na altura não me admitiram por ter apenas dezasseis anos. Decidi praticar paraquedismo, fiz numerosos saltos. Licenciou-me pelo Instituto de Aviação. Pilotei vários tipos de aviões. Antes de ser admitida no grupo de cosmonautas, em 1980, trabalhei como piloto-instrutor e piloto de provas, assim como num estabelecimento de projecto».

## Pela primeira vez desde há 19 anos uma mulher no espaço

Um elemento importante do novo voo cósmico: a presença de uma mulher no espaço, 19 anos após o voo de Valentina Tereshkova.

Na sua biografia profissional, Svetlana Savitskaia averba algumas realizações a destacar. Aos

Svetlana detém 18 recordes mundiais de aviação.



Svetlana Savitskaia

## Internacional

# Libano

## Bombas e fascismo no arsenal imperialista

### • OLP sai reforçada

Enquanto os combatentes palestinos saíam de Beirute, vitoriosos pela população libanesa e palestina que lado a lado combateu o invasor israelita, as forças sionistas colocavam na Presidência, no Líbano, através de uma farsa «eleitoral» no Parlamento libanês, o seu homem de mão neste país, Beshir Gemayel, chefe das milícias fascistas. Como seria de prever, o governo de Begin manifestou imediatamente a sua satisfação por tal resultado «eleitoral». Reagan prometeu todo o apoio norte-americano ao novo «presidente».

Ainda não vai longe uma experiência com traços análogos. Em Março deste ano, em El Salvador, também se realizaram «eleições» para a Presidência, num país devastado pela guerra, onde o balanço da repressão, em 1981, é de cerca de 12 mil assassinatos. A «operação eleitoral», foi desencadeada pelas forças armadas com o «estado de alerta». Não houve campanha eleitoral. Nem recenseamento, nem listas de votantes. O «voto» podia ser depositado em qualquer secção. A «vitória» coube ao movimento fascista do major D'Aulissou. «Vitória» arduamente discutida com os demócratas-cristãos de Napoleón Duarte... na embaixada norte-americana.

Traços comuns nestas duas expressões de «democracia» à americana, são particularmente significativos.

Em primeiro lugar a realização de «eleições», sob a ameaça de armas, mesmo empunhadas por mãos estrangeiras, como é o caso do Líbano, e sem nenhum laivo, ténue que seja, de utilização de processos democráticos.

Em segundo lugar, a abertura de portas ao fascismo, com o apoio inequívoco e imediato re-

conhecimento por parte de Washington, como se de um acto de legítima expressão da vontade popular se tratasse.

Em terceiro lugar a instalação no Poder de personalidades e grupos reconhecidamente terroristas, pelas organizações que encabeçam, pelos fins propostos, pelos métodos utilizados. E tudo isto em nome do combate ao terrorismo... personificado para Reagan nos movimentos de libertação.

Uma amostra clara do que é a «democracia à americana». Como o imperialismo, para impor a sua política, recorre à força das armas e à fascização. A nível externo, em zonas onde consegue num dado momento impor a sua vontade. Mas também a nível interno, como o Partido Comunista dos Estados Unidos tem vindo a alertar. É verdade que não há «marines» junto das mesas de voto nos EUA... mas outras formas de repressão são utilizadas.

#### O que Israel não conseguiu

É sem dúvida grave e perigosa a situação agora criada com

a ocupação de facto — a nível militar e político — do Líbano por Israel. Mas convém não escamotear, antes salientarmos, que o objectivo central do governo de Begin não foi atingido — desferir um golpe mortal na OLP. Pelo contrário. Desta guerra de agressão ao Líbano, do massacre de Beirute, a OLP saiu coesa, fortalecida, mais prestigiada que nunca. Por isso mesmo colocando-se com força renovada a questão de uma pátria para o povo palestino, como a questão central do Médio Oriente.

Pelo contrário, o governo de Begin ficou mais isolado que nunca. A nível internacional, conta com um único apoio expresso: o apoio do governo de Reagan, o apoio do imperialismo americano.

A nível interno, crescem as dificuldades, que terão tendência a multiplicar-se com as consequências económicas da guerra. No dia 3 de Julho realizou-se em Tel Aviv uma manifestação contra a política de guerra, que juntou com mil pessoas. Uma grande manifestação, tendo em conta a limitada população do país (corresponderia a uma manifestação com 300 000 pessoas no nosso país, ou 6 milhões na América) e ainda os condicionamentos políticos. Importa também lembrar a expulsão de deputados comunistas do Parlamento, pela inequívoca denúncia feita pelo Partido Comunista de Israel da criminosa guerra contra os palestinos e o povo libanês.



#### Uma pátria para os palestinos

Os actuais acontecimentos do Líbano colocam com ainda

maior acuidade o problema central do Médio Oriente: uma pátria para o povo palestino.

Independentemente das consequências desta guerra, os nú-

meros são bem elucidativos do carácter dramático da situação imposta ao povo palestino: há mais de dois milhões de palestinos no exílio; 1,3 milhões

Isto era a Universidade árabe de Beirute

Israel: Os deputados comunistas são expulsos à força do Parlamento, por denunciarem o genocídio do povo palestino

# Angola e Moçambique na mira da política de agressão

Soldados sul-africanos entram pelo sul de Angola até 150 quilómetros da fronteira. Destroem. Matam. Soldados sul-africanos entram por território de Moçambique, matam a tiro, enquanto os serviços secretos enviam cartas armadilhadas para patriotas da África do Sul no país. Soldados sul-africanos passam também a fronteira do Zimbábue, onde pela primeira vez depois da independência em Abril de 80, se regista um recontro entre tropas do Zimbábue e um comando da África do Sul.

Estas algumas acções actuais que se inserem na grande conspiração da África do Sul (RAS) contra a África livre. Conspiração que assume de facto a forma de uma guerra não-declarada, e se desdobra em múltiplos braços, abarcando todos os países da Linha da Frente, como foi salientado no encontro, em Maputo, entre os presidentes Samora Machel, de Moçambique, e Eduardo dos Santos, de Angola.

#### «Incurções de rotina» contra Angola

Tropas sul-africanas, que desde há um ano ocupam uma faixa no sul do território de Angola, desencadearam este mês novas acções de agressão contra a República Popular de Angola. Com a cobertura da aviação, as tropas sul-africanas avançaram bem dentro do território angolano, matando e destruindo em centena e meia de quilómetros percorridos até serem definitivamente detidas pelas FAPLA, na zona de Cahama, onde as Forças Armadas de Angola têm uma verdadeira fortaleza subterrânea.

Mais uma acção agressiva a somar a muitas outras. A juntar igualmente aos raids aéreos visando a população civil que vive nas zonas fronteiriças. Ou ainda à destruição total de povoações como a de Chipelongo que, em 1981, foi totalmente arrasada pelos «mirages», todas as suas casas crivadas de balas e esventradas por roquetes, queimadas com as mesmas bombas de fósforo que assassinaram, numa morte terrível, tantos palestinos e libaneses vítimas dos bombardeamentos israelitas a Beirute.

A esta criminosa operação de agressão, a Embaixada da África do Sul em Lisboa — com a cobertura de imprensa fascizante — chama de «penetração» em «escala limitada», operação de rotina «em pequena escala», considerando que o objectivo — na sua óptica plenamente justificativa — seria a eliminação das «bases terroristas» da SWAPO, onde se planeariam e lançariam ataques contra «a população civil inocente» da Namíbia. E acrescenta-se mesmo, no cúmulo do cinismo, que a operação de agressão não visa o governo angolano, nem o exército angolano, nem o povo angolano, claro está. Apenas os «terroristas».

Assim se tenta inverter os factos, transformar vítimas em autores do crime, tal como Begin e Reagan, no esforço de genocídio do povo palestino, proclamam que os combatentes da OLP são terroristas. Aliás a lógi-

ca é a mesma. A lógica das palavras e da acção.

Falando mais claro, escamoteando embora questões centrais, como o esforço de permanente desestabilização, económica, política e militar, de Angola, o actual ministro da Defesa da África do Sul declarou há poucos dias, no Congresso do seu Partido Nacional, em Durban: «Deixá-los-emos em paz se se afastarem de Njoma (dirigente da SWAPO) e se preocuparem mais com a sua própria salvação, com a reconstrução do seu país».

O que não pode deixar de significar que as agressões a Angola vão continuar. E que os obstáculos — levantados pela África do Sul, com o apoio dos EUA e outros países capitalistas — à solução do problema da Namíbia, visam o duplo objectivo de impedir a formação de mais um país livre e progressista em África e de «justificar» a continuidade da pressão militar sobre os povos que — cumprindo o

seu dever internacionalista — apoiam o movimento de libertação na Namíbia.

#### Terrorismo contra Moçambique

A Organização de Unidade Africana (OUA) e o Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação da África do Sul, acusaram directamente o regime de Pretória da responsabilidade do assassinato, através de uma acção terrorista, da patriota sul-africana Ruth First, então em Maputo.

O secretariado do ANC afirma que este assassinato se insere numa vasta campanha de eliminação da direcção do movimento de oposição ao regime de apartheid na África do Sul. Como factos recentes há a destacar assassinatos como o de Neil Aggett, numa cadeia de Joanesburgo, e diversos dirigentes da oposição sul-africana no Zimbábue, Lesotho, Swazilândia, Zâmbia, Malawi e Grã-Bretanha.

De par com os atentados terroristas, visando patriotas acolhidos no território de Moçambique, tem-se vindo a desenvolver pelo país uma «campanha terrorista», como refere Samora Machel, patrocinada pela África do Sul, e de que são instrumento bandos armados que se dedi-

cam a cometer assassinatos, actos de sabotagem, raptos colectivos, num esforço evidente de criar uma situação de instabilidade, e sabotar a acção de reconstrução nacional.

#### Os cúmplices e promotores

Os factos são tão claros, que é praticamente impossível negá-los. A África do Sul não age sozinha. Conta, antes do mais, com o apoio total dos Estados Unidos. Conta também, sem dúvida, com várias formas de apoio e cumplicidade das forças da direita noutros países, e muito particularmente em Portugal, muito particularmente nas hostes dos partidos no poder, no próprio Governo português, como factos recentes comprovam.

Ao condenar o «acto premeditado de agressão» da África do Sul contra Angola, o Comité das Nações Unidas para o apartheid lamentou que certos países encorajem objectivamente os actos de agressão, ao prosseguirem a cooperação com o regime racista e sublinhou que Pretória redobrou as suas acções agressivas depois do governo de Reagan ocupar a Casa Branca e proclamar abertamente o seu apoio ao regime de Pretória.

paz e a segurança só podem ser garantidas se tivermos força... O desejo de negociar com base nesta força é um elemento fundamental desta própria força».

Palavras elucidativas de uma política. Mas uma política que — apesar de todos os perigos e da violência que comporta — está a demonstrar a sua inoperância. A resistência heroica de Beirute demonstra exactamente que não se obtém a paz com base na força. Que a paz só será possível com o respeito da vontade dos povos e à mesa de negociações.

Esta a inestimável lição que os combatentes de Beirute nos deram.

Aliás, mesmo declarações oficiais de Pretória confirmam tal apoio. Assim, ainda este mês, o ministro sul-africano da Defesa declarou: «Os cubanos têm de sair de Angola, antes de um acordo sobre o Sudoeste Africano/Namíbia poder tornar-se num facto. Este é um compromisso que os Estados Unidos terão de tomar efectivo».

São diferentes as palavras do enviado dos Estados Unidos a Angola, Frank Wierner, que afirmou à sua chegada a Luanda que os «Estados Unidos não estabelecem qualquer ligação entre a independência da Namíbia e a presença das tropas cubanas em Angola». Palavras que parecem reflectir a política norte-americana de surgir como «medianeiro», como «agente de paz», quando os seus aliados, com armas fornecidas pelo Pentágono, fazem o «trabalho sujo». Isso mesmo é particularmente evidente no Líbano.

A verdade, entretanto, é que o próprio presidente Reagan declarou que a África do Sul é «um amigo e um aliado». A verdade é que só graças ao apoio norte-americano (e não só), foi possível o potencial militar da África do Sul ter aumentado 300 por cento durante os últimos cinco anos. Sem o que a política agressiva da África do Sul não seria possível.

# Mais armas americanas contra a guerrilha na Somália

Combate-se nas províncias do centro da Somália, em zonas da fronteira com a Etiópia. A Frente Democrática Somali de Salvação anuncia êxitos das suas forças guerrilheiras. O governo de Siad Barre, enquanto tenta apresentar a luta interna como uma agressão da Etiópia (para justificar nova agressão a este país?), decreta o estado de emergência ao longo de toda a fronteira.

Simultaneamente os Estados Unidos decidem a concessão de um «auxílio militar urgente» à Somália, e todo o apoio diplomático necessário. O porta-voz adjunto do Departamento de Estado, Alan Romberg, afirma a preocupação do governo americano face aos acontecimentos, declarando que o estado de emergência decretado «corresponde à gravidade da situação». Que se passa de facto na Somália?

A batalha hoje em curso neste país africano insere-se noutras acções de descontentamento popular, que este ano registaram uma clara acentuação. No princípio do ano de 82, verificaram-se acções de protesto entre vários sectores da população, desde as populações nómadas, até comerciantes e estudantes. Em várias unidades militares do norte do país houve mesmo levantamentos de soldados.

O processo de derrota das forças somalis na sua guerra de agressão contra a Etiópia, que

se consumou entre Janeiro e Março de 1978, foi fulcro de acções de descontentamento contra a política governamental.

Em Fevereiro de 1978 foi criado em Roma, sob a direcção do ex-embaixador da Somália no Quénia, a Frente de Acção Democrática Somali. Em Abril de 78 o Governo de Siad Barre anunciou uma tentativa de golpe contra o regime, na sequência do que foram condenados a morte 17 militares.

#### A raiz dos problemas

Em 21 de Novembro de 69 parecia ter-se iniciado na Somália um período de recuperação da situação de dependência dos países capitalistas e grave crise económica e política. Então, as Forças Armadas e a Polícia tomam o poder em nome de um Conselho Revolucionário presidido por Siad Barre. Inicialmente é encetada uma política de orientação progressista, tendo sido tomadas algumas medidas favoráveis às massas populares e à estabilização do país. O estreitamento das relações com os países socialistas, em 1970, deu à Somália maiores possibilidades de superação do estado de subdesenvolvimento da economia nacional.

Entretanto o governo de Siad Barre enceta uma política de expansionismo territorial, reivindicando território da República do Djibuti, da província etíope do Ogadén e de parte do território do Quénia.

Em 1976 começam os incidentes fronteiriços com a Etiópia. Simultaneamente a Somália reactiva os grupos contra-revolucionários que operam nesse país, iniciando depois uma acção armada directa contra a jovem revolução etíope.

No processo desta sua acção de agressão, a Somália cortou relações com a União Soviética e Cuba (que concederam ajuda internacionalista à revolução etíope), e dirigiu-se aos países membros da NATO, de onde recebeu enormes quantidades de armas.

Tinha-se consumado a inversão de uma orientação com direcções inicialmente progressistas.

Hoje, a situação económica e social do país sofre uma crescente degradação. A nível político ressaltam as discordâncias tribais no próprio seio do poder. Sob o ponto de vista militar, a dependência da Somália dos EUA é total.

Como seria de esperar o Pentágono apói por todas as formas o carácter expansionista da política externa somali, e aproveitou a oportunidade para reforçar as suas posições nesta zona estratégica.

Em Agosto de 1980 é assinado um acordo militar bilateral, que abriu aos Estados Unidos as portas à utilização de bases militares em território somali. Actualmente a Somália ocupa o terceiro lugar na ajuda militar americana a África. Mais de um quarto do seu produto nacional bruto é consumido em despesas militares.

Moçambique: antes os ataques militares vinham da antiga Rodésia. Hoje é da África do Sul



As agressões sul-africanas visam dificultar a estabilidade e o progresso em Angola